

**INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA**

JANDA TAMARA DE SOUSA

**A MEMÓRIA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA NO IFES:
CAMINHOS PARA ACESSO E DIFUSÃO DAS FONTES DOCUMENTAIS NO
CAMPUS VITÓRIA**

Vitória

2019

JANDA TAMARA DE SOUSA

**A MEMÓRIA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA:
CAMINHOS PARA ACESSO E DIFUSÃO DAS FONTES DOCUMENTAIS NO
CAMPUS VITÓRIA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo Instituto Federal do Espírito Santo, campus Vitória como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

Orientador: Prof. Dr. Antônio Henrique Pinto

Vitória

2019

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
(Biblioteca Nilo Peçanha do Instituto Federal do Espírito Santo)

S725m Sousa, Janda Tamara de.
A memória da Educação Profissional e Tecnológica no Ifes : caminhos para acesso e difusão das fontes documentais no campus Vitória / Janda Tamara de Sousa. – 2019.
65f. : il. ; 30 cm.

Orientador: Antônio Henrique Pinto.

Dissertação (mestrado) – Instituto Federal do Espírito Santo, Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, Vitória, 2019.

1. Instituto Federal do Espírito Santo – História – Coleções de fotografias. 2. Ensino técnico – História. 3. Ensino profissional – História. 4. Educação para o trabalho. 5. Documentos arquivísticos. 6. Historiografia e fotografia. I. Pinto, Antônio Henrique. II. Instituto Federal do Espírito Santo. III. Título.

CDD 22 – 373.2467

Elaborada por Marcileia Seibert de Barcellos – CRB-6/ES - 656


JANDA TAMARA DE SOUSA

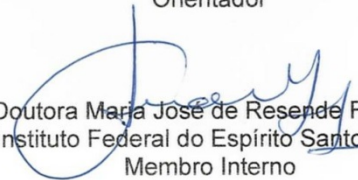
**A MEMÓRIA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA NO IFES:
CAMINHOS PARA ACESSO E DIFUSÃO DAS FONTES DOCUMENTAIS NO
CAMPUS VITÓRIA.**


Dissertação apresentada ao Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica.


Aprovada em 12 de agosto de 2019

COMISSÃO EXAMINADORA


Doutor Antonio Henrique Pinto
Instituto Federal do Espírito Santo - Ifes
Orientador


Doutora Maria José de Resende Ferreira
Instituto Federal do Espírito Santo - Ifes
Membro Interno


Doutor Marcelo Lima
Universidade Federal do Espírito Santo – Ufes
Membro Externo


Doutora Maira Cristina Grigoletto
Universidade Federal do Espírito Santo – Ufes
Membro Externo


JANDA TAMARA DE SOUSA


SOUSA, Janda Tamara de; PINTO, Antonio Henrique. **Catálogo Seletivo: a memória da escola que forma para o trabalho.** Vitória: Ifes, 2019. 48 p. (Catálogo Impresso – fontes e descrição arquivística de registros de memórias do Ifes).


Produto Educacional apresentado ao Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica.

Aprovado em 12 de agosto de 2019

COMISSÃO EXAMINADORA


Doutora Maria José de Resende Ferreira
Instituto Federal do Espírito Santo - Ifes
Membro Interno


Doutor Marcelo Lima
Universidade Federal do Espírito Santo – Ufes
Membro Externo


Doutora Maira Cristina Grigoletto
Universidade Federal do Espírito Santo – Ufes
Membro Externo

Àquelas que vieram antes de mim.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Iago e ao Joel Augusto, que despertaram em mim os mais preciosos sentimentos humanos e que me fizeram ter forças para chegar até aqui.

À minha mãe, com carinho, por ter sido exemplo de força e determinação.

Ao professor Antônio Henrique, por ter me ensinado a ter mais paciência!

À minha parceira, bibliotecária e amiga Gabriela Cassa, sem a qual esta pesquisa não caminharia.

À querida Cynthia, pela parceria e amizade construída durante este percurso e que com tanto carinho me apoiou.

Ao meu amigo e professor Tiago Braga, que sempre me ajudou e é fonte de inspiração.

À professora Cristina Guasti que me despertou o interesse inicial na Arquivologia, área da qual serei eternamente apaixonada.

À querida Fátima que na distância emanou luz e se fez presente com seu carinho.

À professora Maria José, que sempre esteve prontamente disposta a me auxiliar.

À professora Maira, pelo companheirismo e as ricas contribuições.

Ao professor Marcelo Lima, que me trouxe muitas inspirações para esta pesquisa e para possíveis outras.

À professora Marta Leandro, que surgiu no ‘meio do caminho’, mas em momentos tão pontuais e com colocações tão importantes.

À 1ª turma do ProfEPT, meu carinho especial por termos sido parceiros nos momentos alegres e difíceis ao longo dessa caminhada.

À equipe do Projeto de Memória Institucional do Ifes; Gabi, Cristina, Henara, Silvio, Stéfano e Rafael, por terem aceitado os desafios do projeto.

Àqueles que, mesmo distante, tornam-se parceiros na luta pela memória no país; arquivista Claudinele, do IFRS, e o professor Daniel Flores, que me trouxeram luz em momentos conturbados.

Ao Luciano Toledo e ao Alex Jordane, pela compreensão.

Aos companheiros de minha sala de trabalho, que aliviam a rotina diária: Alessandro, Verônica, Guilherme e a graciosa Ana Vitória.

Aos incansáveis arquivistas e aos pesquisadores nos acervos, o meu mais profundo respeito!

Por fim, a todas as amigas e aos amigos que estiveram comigo nos momentos conturbados e nas alegrias.

Muito obrigada!

"[...] os arquivos são um desafio político. Disso decorre o seu poder e a necessidade de conservá-los, como também a sua rejeição, até sua destruição por parte daqueles que não querem que a verdade seja conhecida" (DELMAS, 2010).

RESUMO

Este trabalho tematiza a memória da educação profissional e tecnológica do Instituto Federal do Espírito Santo. Tem como objetivo contribuir para a sistematização do acervo da sala de memória do Ifes, por meio do catálogo temático com imagens selecionadas da plataforma de acesso do Atom. Esse produto educacional, catálogo temático, se constitui como um instrumento de pesquisa desse acervo e permite ampliar o acesso e difundir as fontes documentais ali armazenadas, como também aumentar a visibilidade do acervo e possibilita novas formas de pesquisa sobre a educação e os sujeitos da Educação Profissional ao longo do século XX. A pesquisa foi realizada utilizando a metodologia de descrição, segundo as normas da arquivologia, e seguindo conceitos fundamentados pela história e conceitos de memória. Trabalhou-se com os fundos documentais fechados das escolas que constituíram o Ifes no campus Vitória durante o século XX, até o período correspondente a 1998. Conclui-se que há a necessidade permanente de preservação das fontes documentais para alimentar as memórias coletivas.

Palavras-Chave: Fontes documentais. Difusão. Acesso. Trabalho e Educação. Memória. Educação Profissional no ES.

ABSTRACT

This paper discusses the memory of professional and technological education of the Federal Institute of Espírito Santo. It aims to contribute to the systematization of the collection of the Ifes memory room, through the thematic catalog with selected images from the Atom access platform. This educational product, a thematic catalog, is an instrument for researching this collection and allows broadening access and disseminating the documentary sources stored there, as well as increasing the visibility of the collection and enabling new forms of research on education and the subjects. of Vocational Education throughout the twentieth century. The research was conducted using the methodology of description, according to the norms of archivology, and following concepts based on history and concepts of memory. It worked with the closed documentary funds of the schools that formed Ifes on the Vitória campus during the twentieth century until the period corresponding to 1998. It is concluded that there is a permanent need to preserve the documentary sources to feed the collective memories.

Keywords: Documentary sources. Diffusion. Access. Work and education. Memory. Professional Education in ES.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Escola de Aprendizes e Artífices	48
Figura 2 – Escola Técnica de Vitória	50
Figura 3 – Escola Técnica Federal do Espírito Santo	51

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas

ATOM – (*Access to Memory*) Acesso à Memória

CIA – Conselho Internacional de Arquivos

DBTA – Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística

CEFETES – Centro Federal de Educação Profissional e Tecnológica

CODEARQ - Cadastro Nacional de Entidades Custodiadoras de Acervos Arquivísticos,

CONARQ – Conselho Nacional de Arquivos

EAAES – Escola de Aprendizes e Artífices do Espírito Santo

ES - Espírito Santo

EPT – Educação Profissional e Tecnológica

ETV – Escola Técnica de Vitória

ETFES – Escola Técnica Federal do Espírito Santo

IFES – Instituto Federal do Espírito Santo

ISAD(G) – (*General International Standard Archival Description*) ou Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação

NOBRADE - Norma Brasileira de Descrição Arquivística

PMMil – Programa Nacional Mulheres Mil

PROEJA - Programa Nacional de Integração da Educação profissional com a Educação Básica na modalidade de Educação de Jovens e Adultos

PROFEPT – Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica

SUMÁRIO

1	APRESENTAÇÃO	12
2	INTRODUÇÃO	17
3	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	27
3.1	PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA DA EPT.....	29
4	SISTEMATIZANDO O CATÁLOGO DE FONTES CAMINHOS METODOLÓGICOS.....	37
5	ANÁLISE E SISTEMATIZAÇÃO DAS FONTES.....	46
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	54
	REFERÊNCIAS.....	58
	APÊNDICE A – Produto Educacional.....	62
	ANEXO 1 - Preceitos para Descrição.....	63
	ANEXO 2 - Campos de Descrição.....	64

1 APRESENTAÇÃO

A presente pesquisa de mestrado surgiu em decorrência do meu percurso de trabalho como arquivista nesta instituição de educação, o Ifes. São trabalhos que evocam a necessidade de implantação de políticas de arquivos para a gestão e a preservação da memória institucional que por vezes são relegadas a um segundo plano nas instituições.

Por isso, em todas as minhas atividades, profissional e acadêmica, caminho no sentido de promover a conscientização para os cuidados com nossos documentos, independentemente de seu suporte, para que os mesmos sejam geridos como objetos do patrimônio documental, fonte informacional da pesquisa e para a manutenção da história e da memória.

Nesse percurso profissional exponho minhas inquietações aprofundando-as para as atividades de pesquisadora neste mestrado. Assim, este caminhar foi conduzido dentro da linha de pesquisa ‘Organização e Memórias de Espaços Pedagógicos na Educação Profissional e Tecnológica (EPT)’, no qual tomamos a denominada ‘sala de memória’ da biblioteca do campus Vitória como local para o seu desenvolvimento.

Nessa linha vislumbramos que este espaço contribui com a formação integral e significativa do estudante, pois promove abordagens ligadas às questões históricas, sociais e culturais. Entendemos também que o mesmo deve ser ampliado para o desenvolvimento de pesquisas vinculadas a historicidade institucional e para as temáticas que envolvam a educação profissional. Com isso procuramos desenvolver dentro dos questionamentos da pesquisa um trabalho que resgata a importância desse espaço para a instituição e os estudos históricos, ao mesmo tempo, em que valorizamos as fontes documentais ali acondicionadas.

No âmbito desse mestrado profissional, nosso percurso formativo exige a criação de um produto educacional, assim criamos um catálogo seletivo que permite o acesso direto a imagens fotográficas dentro da plataforma de acesso Atom¹. Fizemos seleções de algumas imagens fotográficas, presentes na sala de memória, das antigas escolas que compuseram essa

¹ Atom (Access to Memory) é um software arquivístico destinado à descrição arquivística e baseado nas normas de descrição do CIA (Conselho Internacional de Arquivos). O “AtoM” é um acrônimo para “Acesso à memória”, disponibilizando acesso ao público. Consiste em um software livre de código fonte aberto, desenvolvido pela empresa Artefactual Systems. A sua utilização deve ser incentivada nas universidades, nos centros de pesquisa, nas instituições arquivísticas, visto que são unidades fomentadoras de conhecimento e se alinham a uma política governamental que estimula a utilização de software livre (FLORES, 2017).

instituição centenária para a criação da temática desta pesquisa.

No catálogo, abordamos as mudanças ocorridas nos processos educativos de cada época configurada nas escolas aqui implantadas do século XX, utilizando para isso os diferentes espaços utilizados para o ensino profissional e/ou industrial até a formação técnica / profissional dos estudantes. Apresentamos, com as imagens, o contexto histórico das políticas educacionais configurado nos espaços de formação profissional, quais sejam as salas de aula, oficinas e laboratórios. Assim, conseguimos perceber, a modificação desses espaços por meio da inserção dos processos tecnológicos, nas imagens selecionadas, em seus diferentes processos de formação para o mundo do trabalho.

O catálogo, como um instrumento de pesquisa em acervo, definido no âmbito da arquivologia, é aquele que reúne a descrição individualizada dos documentos selecionados pertencentes aos fundos fechados² previamente estabelecidos. Ele visa difundir o acervo da sala de memória, tornando-se ele próprio um instrumento de mediação do acervo.

Como um aspecto da mediação na construção da memória e da função social (educativa) dos arquivos , ao mesmo tempo em que o catálogo promove visibilidade para as questões importantes de manutenção desse espaço de memória, ele também beneficia a abordagem sobre a preservação dos documentos históricos.

Além disso, este instrumento de pesquisa em seu formato digital melhora o acesso a estas fontes documentais, seja pelo poder de ampliação de sua divulgação eletrônica, seja pelo encaminhamento através dos links à plataforma digital, o que evita a necessidade de consulta ao objeto físico, preservando-o da necessidade de manipulações.

Por vezes tivemos algumas limitações no processo de descrição arquivística das imagens, devido à ausência de dados quando as mesmas foram inventariadas. Todavia, a pesquisa nas fontes documentais secundárias nos supriu em diversas questões. Essa pesquisa bibliográfica, com os livros, artigos, teses e dissertações dos próprios pesquisadores que tomaram este acervo como fonte de suas pesquisas, foi essencial para a análise aqui apresentada.

2 Um Fundo Documental Fechado é um “Fundo que não recebe acréscimos de documentos em função de a entidade produtora não se encontrar mais em atividade” (DBTA, 2005, p. 98).

Dessa forma, o trabalho se encaminhou da seguinte maneira: na introdução contextualizamos a construção da pesquisa diante de algumas características apontadas criticamente para minha formação profissional e providenciamos uma breve apresentação do Ifes enquanto instituição histórica. Elencamos a sala de memória da biblioteca como um “lugar de memória” (NORA, 1980) e pensamos a memória enquanto construção social (HALBWACHS, 2006) para explicitar nosso problema de pesquisa.

Ainda na introdução apresentamos exemplos que acreditamos servir para justificar a importância deste trabalho com a apresentação de algumas pesquisas realizadas neste espaço de memória, utilizando-se das suas fontes documentais. É também na introdução que apresentamos os objetivos que orientaram o percurso dessa pesquisa.

Na fundamentação teórica apresentamos o referencial teórico que sedimentou os conceitos para esta pesquisa. Dividimos em duas partes: na primeira apresentamos alguns conceitos de historiadores e sociólogos sobre memória e seleção de documentos; na segunda parte, intitulada de Preservação da memória da EPT, dialogamos com alguns autores da educação e da arquivologia.

Na primeira parte da fundamentação teórica, fazemos uso do conceito de memória coletiva defendida pelo sociólogo Halbwachs (2006), pois este conceito operacionaliza pensarmos a memória dos grupos e das instituições enquanto construção social. Seguimos aos pensamentos de Pollack (1989), sustentando que a memória é seletiva, pois é socialmente construída e, por isso, toda a documentação também o é (POLLACK, 1992). Inspiramos-nos nas ideias de Bloch (2001) e Certeau (1982) para sustentar nosso processo investigativo reforçando os processos de seleção documental aqui estabelecidos.

Acrescentamos com os pensamentos de Arantes (1989) e Bellotto (2014) por reforçar, respectivamente, os processos de organização e seleção para a preservação das fontes como um trabalho social e como arcabouço metodológico da teoria arquivística para corresponder à manutenção e sistematização destes documentos.

Na segunda parte da fundamentação teórica, apresentamos autores brasileiros que trabalham a memória da educação (CIAVATTA, 2010) e, preservação dos documentos de arquivos (CAMARGO, 2003). Refletimos nessa segunda parte, as relações entre arquivos e memória

nos processos de institucionalização dos arquivos presentes nos estudos de Murgia (2011) e Grigoletto (2016), a respeito do viés dos processos de institucionalização dos arquivos, que leva ao entendimento desses lugares de memória também como um não-lugar, “A memória não é arquivo [...]” (ALDABALDE, T.; M. C. GRIGOLETO, 2016, p. 20).

Acrescentamos Hedstrom (2017) que afirma que os arquivos potencializam as descobertas ou a recuperação das memórias as quais haviam sido perdidas ou negadas a comunidade em busca de memória. Posteriormente, Jardim (1996) e Meneses (1992) de memória. Posteriormente, Jardim (1996) e Meneses (1992) para os quais preservar arquivo e memória exigem práticas operadas dentro do conceito de memória para sua constituição e permanência.

No capítulo 3, intitulado Sistematizando o catálogo de fontes: caminhos metodológicos é onde demonstramos nosso percurso metodológico. Conduzimos a diferenciação nos processos de sistematização do catálogo para os documentos enquanto coleções e também com base nas teorias arquivísticas que resgatam o conceito de fundos de arquivo e nos permite contextualizar as fotografias à sua classe documental junto a descrição das normas arquivísticas.

No Capítulo 4, Análise e sistematização das fontes, apresentamos o referencial bibliográfico que nos direcionou para analisar outras formas de trabalho que convergem com este. Revisitamos os trabalhos que se relacionam com a preservação e acesso aos arquivos escolares. Alguns deles sob o viés de projetos para a constituição de centros ou núcleos de memória, outros que denotam os arquivos escolares como locais para a pesquisa da História da Educação.

Utilizamos os trabalhos de Rosa (2018) e Koyama (2016) para perceber as aproximações e distanciamentos com esta pesquisa, consideramos os trabalhos que utilizaram o levantamento dos acervos fotográficos dos diversos Institutos Federais (ROSA, 2018) e os apontamentos sobre os trabalhos dos arquivos on-line na perspectiva do ensino de história e da educação patrimonial (KOYAMA, 2016). Por fim, demonstramos neste capítulo como construímos nosso catálogo.

Esclarecemos que dentre as imagens das temáticas presentes no acervo foram feitas seleções para o catálogo contemplando aquelas que melhor representassem perante nossos elementos

de análise, critérios como: os sujeitos da EPT (alunos, professores; faixa etária, gênero, nível social); a organização da sala de aula, oficina e laboratórios (uso da tecnologia, do espaço físico); a disciplina e atitude para o trabalho (requisitos, postura).

Assim, retiramos de nosso catálogo três das vinte e quatro imagens fotográficas que ele possui e elencamos aqui como exemplo do processo descritivo executado e a análise feita sobre as categorias para compor a narrativa temática a qual dá nome ao produto desta pesquisa: CATÁLOGO SELETIVO – A MEMÓRIA DA ESCOLA QUE FORMA PARA O TRABALHO.

Nas Considerações Finais ratificamos todas as ideias construídas durante esta pesquisa, sejam acerca da organização do acervo para a sistematização do Catálogo para a memória da EPT, como forma de preservação documental e fonte de pesquisa na promoção da identidade institucional, sejam acerca da articulação para melhor acesso às fontes documentais para a pesquisa histórica e a ampliação de visibilidade para este acervo.

Deixamos como observação a necessidade de melhoria no gerenciamento desse espaço e do acondicionamento documental para a preservação dos documentos de modo geral, mas ressaltamos a importância da preservação dos documentos de valor permanentes (fonte de pesquisa e da memória) na instituição. Apontamos, ainda, que a pesquisa e o produto educacional podem contribuir com o diálogo em diversas disciplinas que versam sobre os conceitos de patrimônio cultural, patrimônio documental e sua preservação, arquivos, história e memória, identidade, cultura e cidadania.

2 INTRODUÇÃO

Desenvolvemos esta pesquisa de mestrado tendo como referência alguns trabalhos que são realizados no Instituto Federal do Espírito Santo, o Ifes, no intuito de promover a implantação de políticas de arquivos, como a gestão documental e a preservação da memória institucional. Tais políticas envolvem a promoção da conscientização da comunidade escolar para o entendimento dos documentos enquanto fonte de prova e informação e, como parte do patrimônio histórico-cultural, fonte rica para pesquisa da Educação Profissional e Tecnológica, a EPT.

A motivação para trabalhar com as temáticas que pesquisam a história e memória da educação neste mestrado em EPT relaciona-se diretamente com meu percurso profissional na instituição. Ressaltamos, na instituição, a ausência de um setor institucional que regula o gerenciamento das informações nas questões que versam sobre a gestão e a preservação de documentos de arquivos. Ou seja, os trabalhos que se relacionam com a produção dos documentos até sua destinação final, ficam prejudicados por necessitarem de controle para sua racionalização e eficiência administrativa bem como de gerenciamento de requisitos de segurança para a preservação.

Como uma arquivista que assume seu papel na construção de uma memória oficial e se torna uma mediadora ativa, dando forma a uma memória coletiva para além da investigação tradicional (COOK, 2010), caminhamos no sentido de manifestar que os arquivos institucionais, em especial o acervo estudado da sala de memória, possuem informações que necessitam ser levantadas para garantir sua preservação³ e utilização como fonte para a história e a memória.

Esclareço que o meu papel como pesquisadora em EPT parte da condição de mediadora ativa da história da educação, considerando ações para a preservação e para a disponibilização das fontes documentais para a manutenção da memória e, tem o desafio de contribuir com o levantamento de informações que configuram novas possibilidades para a pesquisa com foco na Educação Profissional e Tecnológica.

3 De acordo com o dicionário de Terminologia Arquivística (2005), a preservação é definida como “prevenção da deterioração e danos em documentos, por meio de adequado controle ambiental e / ou tratamento físico e/ou químico.” (DBTA, 2005, p. 135).

No trabalho desse mestrado, adiciono os critérios das técnicas arquivísticas à necessidade de melhoria das formas de acesso às fontes documentais, demonstrando a contribuição da pesquisa temática na utilização do contexto histórico. Para isso, elencamos as tecnologias da informação e comunicação garantindo novos usos das fontes documentais da informação em EPT e ampliar sua divulgação, como o uso de plataformas digitais para acesso.

A trajetória dessa instituição inicia-se em 1910, com a inauguração da Escola de Aprendizes e Artífices do Espírito Santo (EAAES). Por causa das sucessivas mudanças políticas e econômicas no país, ocorreram diversas transformações no seu sistema educacional. Podemos dizer que o atual Ifes é o resultado das políticas educacionais implementadas nessas escolas que ocasionaram transformações na sua institucionalidade, interferindo nas modalidades de ensino ofertado, nos processos de ensino-aprendizagem, na sua cultura local e até no seu reconhecimento perante a sociedade.

Certamente, esta escola centenária constitui patrimônio da cultura capixaba e de sua educação (PINTO, 2015). Suas diferentes denominações atribuídas ao longo dos cem anos de sua existência associada as práticas educativas no contexto de ensino e aprendizagem e, da formação dos trabalhadores evidenciam o deslocamento das concepções da educação profissional: Escola de Aprendizes e Artífices, Liceu Industrial, Escola Técnica Federal, CEFETES (Centro de Educação Federal e Tecnológica) e mais recentemente, Instituto Federal de Educação, o Ifes.

No percurso dessa pesquisa sobre a história e memória da EPT, elegemos o acervo da sala de memória da biblioteca Nilo Peçanha, no campus Vitória, como *locus* principal para a condução dos trabalhos. Este espaço se concretizou em decorrência do Projeto de Memória⁴ da Escola Técnica Federal do Espírito Santo, ETFES, em 1996, com o objetivo de reunir documentos que naquele momento consideraram ‘históricos’ e que estavam dispersos nos diversos setores da Instituição. São documentos como livros de atas do Conselho, registros escolares, fotografias, vídeos, jornais e boletins; um universo de arquivos em diversas formas, gêneros e espécies.

4 Projeto de Memória da ETFES, 1996 – Foi realizada uma campanha de recolhimento de documentos considerados históricos para a biblioteca, formando Coleções na sala de memória na biblioteca. Fizeram levantamentos pelas fontes orais para identificação documental, porém algumas fotografias ainda permanecem com a ausência de datas específicas de produção e, no geral, há a ausência frequente do nome do fotógrafo.

Diante disso, analisamos a relação desta sala como ‘lugar de memória’ sobre as percepções entre o lembrar e o esquecer e a sua condição como espaço de seleção para a preservação dos documentos considerados de valor histórico e permanentes. Assim, consideramos estes registros como patrimônio documental, fonte para a pesquisa historiográfica da cultura material. Assumimos que “[...] as fontes são suportes da informação que será construída e analisada pelos historiadores, socialmente percebidos como agentes primordiais da formulação de um discurso sobre o passado.” (HEYMANN, 2012, p. 16).

Porém, “os documentos só passam a ser fontes históricas depois de estarem sujeitos a tratamentos destinados a transformar a sua função de mentira em confissão de verdade” e, sem eles não há história.” Langlois e Seignobos (1902 *apud* LE GOFF, 1990, p. 87).

Utilizamos como referencial teórico para a pesquisa Maurice Halbwachs (2006), que nos apresenta o conceito de memórias coletivas, pois a memória enquanto construção social reconstitui as memórias que habitam os coletivos, os grupos. Dessa forma, permite uma melhor compreensão da história desses grupos e instituições.

Assimilamos que junto a este conceito se fundamentam as razões pelas quais, em nossas sociedades atuais, guardamos os nossos registros documentais por medo do esquecimento, ou seja, sob a perspectiva da construção de memórias, do resgate de lembranças, evidenciamos a necessidade da preservação do patrimônio documental promovendo seu acesso seguro e a difusão do instrumento de pesquisa.

Nesse percurso, considerando que os processos históricos do Ifes, no estado, estão entrelaçados às cadeias produtivas locais e aos processos de formação para o mundo do trabalho, entendemos que a complexidade dessa instituição se constituiu ao longo do século XX até os dias atuais a partir das tensões que perpassam a relação entre o trabalho e as políticas de educação no país. Assim compreendemos que o acesso ao acervo da sala de memória, como fonte para a pesquisa da história da educação e do trabalho, é de suma importância para diversos entendimentos.

Dado que há uma carência destas fontes para compor a historicidade e o entendimento dos processos educacionais, faz-se importante o seu registro de maneira sistematizada para a preservação de sua memória. Ou seja, estruturar o seu registro por meio de inventários,

catálogos ou outros instrumentos de pesquisa que informam sobre estes documentos.

Diante do exposto, levantamos a seguinte questão para esta pesquisa: quais contribuições que a sistematização e a difusão dos arquivos de memória do Ifes, em suas diversas institucionalidades ao longo do século XX, possibilitam para a construção de uma narrativa histórica sobre o passado da EPT e suas transformações relacionadas ao ensino e formação de trabalhadores no ES?

A partir da problematização posta, elencamos como objetivo geral: contribuir para a sistematização do acervo da sala de memória do Ifes, por meio da construção de um catálogo temático, como instrumento de pesquisa e como forma de ampliar o acesso difundir as fontes documentais que possibilitam a pesquisa sobre o ensino e os sujeitos da EPT ao longo do século XX. E como objetivos específicos, propomos:

- a) Identificar nos itens documentais as diferentes concepções de ensino aplicadas no Ifes ao longo do século XX e os sujeitos que a constituíram;
- b) Contribuir para o fortalecimento da identidade institucional do Ifes a partir da visibilidade das fontes documentais e a melhoria do seu acesso;
- c) Construir catálogo temático como forma de preservação e para ampliar o acesso às fontes documentais;
- d) Utilizar o catálogo seletivo como instrumento de difusão para promover a conscientização sobre a preservação das fontes documentais no Ifes;

O foco deste estudo é a seleção e análise das fontes documentais que representam parte da memória da Educação Profissional e Tecnológica do Espírito Santo, ou seja, dos documentos inventariados da sala de memória fizemos uma seleção para criar um produto educacional⁴ com a construção de um instrumento de pesquisa. Optamos pela construção de um catálogo para disponibilizar uma seleção de documentos fotográficos, permitindo assim abordar o deslocamento das concepções de ensino na educação profissional e, dessa maneira, construímos um catálogo temático.

Como um instrumento de pesquisa, o catálogo traz uma parte representativa dos documentos que expressam as atividades dessa escola e sua relação com a formação para o trabalho: as oficinas, os laboratórios e as salas de aula. Reafirmando assim que esses documentos são fontes de pesquisas e que fortalecem a memória e a identidade na rede da educação

profissional e tecnológica.

Diante das diversas transformações pelas quais passaram essas instituições escolares, foram produzidos significativos registros das mais variadas formas documentais. Além disso, todos os trabalhos e as vidas estudantis que ali estiveram formalizaram-se em documentos que hoje ocupam os espaços físicos e digitais dessa instituição. Estes registros constituem elementos da memória e são fontes de recursos historiográficos fundamentais para diversos debates: do papel da instituição, da visão de seu passado, da visão de si mesmo e de como a sociedade a reconhece. É somente por meio do levantamento e da descrição dessas fontes documentais que tais informações serão evidenciadas, confrontadas e lembradas.

Nessa perspectiva, apontamos que este acervo não pode ser visto apenas como depositário de memórias esquecidas, guardadas, visto que as memórias ali registradas constituem a lembrança de memórias sociais e individuais, objetos de construção de narrativas históricas. Por isso, articulamos a necessidade de promover melhor acesso ao acervo para a pesquisa em EPT perante as novas sistemáticas de organização da metodologia arquivística, como os processos de descrição documental para a criação de instrumentos de pesquisa e, com apoio das tecnologias da informação, como a descrição dentro de uma plataforma de acesso, por exemplo.

Depreendemos que, para isso, o acervo requer critérios para a sua disponibilização e que estes se relacionam diretamente com o estado de preservação das fontes documentais. Assim, entendemos os processos de preservação como condição *sine qua non* para potencializar seu caráter de fonte de pesquisa para acesso e uso historiográficos.

Sabemos que os atos e atividades que fundamentam mudanças estruturais na instituição estão consolidados em seus documentos. Utilizando algumas dessas fontes documentais visamos, por meio do catálogo, apontar práticas educativas ao contexto de ensino e aprendizagem na formação dos trabalhadores que ocorreram no ensino profissional da EPT.

A primeira abordagem sobre a historiografia das antigas “escolas técnicas”⁵ (EAAES de 1910 até a ETFES) ocorreu, em comemoração aos 70 anos da Rede, com a construção do livro “O

5 Os termos “ensino profissional” ou “ensino industrial” foram utilizados até a instauração da LDB nº 9394/1996.

visgo Eteviano”, organizada pela professora Isaltina Paulielo junto a servidores/professores da ETFES em 1979. O livro enaltece a escola técnica por meio da palavra ‘visgo’ que expressa o orgulho e o prestígio de pertencimento a esta escola. Ele apresenta documentos institucionais e relatos dos professores no sentido de compor a história dessas escolas.

Posteriormente, e também para uma data comemorativa, lançou-se a obra dos 100 anos da Rede Federal de Educação Profissional no Espírito Santo, em 2009. O livro foi organizado por Sueth e com colaboração de outros professores do Cefetes.

O fato de essas obras serem lançadas em datas festivas demonstra uma preocupação pela busca de uma identidade a ser afirmada, de uma necessidade de perpetuar a memória de indivíduos e grupos, demonstrando seus processos históricos por meio dos eventos e dos personagens que formavam estas escolas.

Assim, conduzimos este trabalho entendendo que a educação profissional já foi ensino industrial e que, os processos educativos passaram por alterações nas normas e legislações. Percebemos que tais mudanças desencadearam reformas educacionais que modificaram a cultura institucional, suas formas de planejar e executar sua finalidade como instituição de educação: o ensino.

O contexto em que ocorreram essas transformações foram desenvolvidos no trabalho de doutorado de Pinto (2015), quando o autor apresenta dentro da perspectiva histórico-cultural o ensino da matemática na preparação para o mundo do trabalho, demonstrando a relação entre a educação matemática e a educação profissional, centrado na concepção do trabalho como princípio educativo.

Em sua tese, Pinto (2015) demonstra como o currículo nessas escolas foi se moldando ao desenvolvimento tecnológico ao longo do século XX. O pesquisador traz elementos que relacionam o desenvolvimento tecnológico ao ensino da matemática nas escolas profissionalizantes. São ideias que foram absorvidas e abordadas no catálogo que construímos nesta pesquisa. Com essas análises, apresentamos as mudanças ocorridas nas salas de aulas e oficinas para o atendimento ao mundo do trabalho, de exclusivamente manual e rudimentar para a incorporação de novos maquinários com tecnologias que acompanharam o desenvolvimento dos setores produtivos.

A historicidade dessas escolas demonstra a aplicação das novas técnicas conforme a evolução das ciências para a formação dos ofícios, assim como o trabalho como princípio educativo, demonstra a preocupação com a formação de mão de obra mais qualificada, motivando a busca de alguns educadores pela integração entre a escola profissional e a escola regular, propondo mudanças na concepção educacional caracterizada pela dualidade⁶ (CIAVATTA, 2010a).

Nesse sentido, Pinto (2011) destaca que em 1996 a obrigatoriedade da educação básica, compreendida como ensino fundamental e médio, e a flexibilização da educação profissional com a separação do ensino profissional da educação geral consolidou “a velha dicotomia entre formação intelectual e formação manual, imposta pela legislação antes dos anos de 1960” (PINTO, 2011, p. 61), exemplificando assim a dualidade nos processos educativos.

Retomando essa historicidade institucional tão importante às questões que perpassam o ensino e a formação de trabalhadores, pontuamos essas transformações nas fontes documentais da memória materializada nas imagens fotográficas selecionadas. Isso nos permite levantar informações sobre a identidade dessa instituição de educação centenária.

Concordamos que dessa forma trazemos à tona, primeiramente, as práticas educativas aqui implantadas enquanto concepção de ensino e, num segundo momento, estamos promovendo a conscientização sobre o patrimônio documental e conscientizando sobre a necessidade de se instituir espaços para discussões sobre a história e a memória da educação.

O cuidado com a preservação da memória institucional, tal como citado acima, foi problematizado e transformado na pesquisa de mestrado aqui apresentada. O produto dessa pesquisa se concentra nas ações para a promoção do acesso ao acervo direcionado à pesquisa em EPT. Consideramos as questões que versam sobre a preservação dos documentos, com o intuito de ressignificar o acesso às fontes documentais presentes na sala de memória.

Esclarecemos que a sala de memória possui todo o seu acervo organizado sob a forma de coleção⁷, conforme cronologia da gestão da época, identificada pelos nomes dos diretores que

6 A dualidade determinada pelo dualismo social, que está a “reservar a educação geral para as elites dirigentes e destinar a preparação para o trabalho para os órfãos, os desamparados.” (CIAVATTA, 2010a, p. 4).

7 Coleção, segundo o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (2005), é o conjunto de documentos com características comuns, reunidos intencionalmente. Diferindo da definição de Arquivos: “conjunto de documentos produzidos e acumulados por uma entidade coletiva, pública ou privada, pessoa ou família, no desempenho de suas atividades, independente da natureza dos seus suportes”.

regiam essas escolas, o que torna interessante os processos de análise sobre a memória dos poderes institucionalizados nas configurações da escolha por esta forma de identificação na organização dos materiais.

Todavia, o acervo tem servido de fonte de consulta para pesquisadores que trabalham com as temáticas da história da educação profissional no Ifes. Isto é, são fontes para as pesquisas sobre como as políticas e reformas implantadas afetaram a institucionalidade das escolas aqui instauradas, das mudanças que ocorreram nos cursos ofertados e em seus currículos, da dinâmica de atuação em cada época para a formação de trabalhadores, do seu atendimento ao mercado e ao mundo do trabalho e também das questões de gênero e classe que permeiam o ambiente escolar.

Aqui vale o devido destaque à pesquisa de Lima (2004) que, em seu livro tese publicado em 2010, pode ser considerada um marco para as pesquisas no acervo da sala de memória. Considerando que a produção do livro teve como objetivo a preservação das fontes documentais do Ifes. O pesquisador apresenta juntamente à imagem do documento a transcrição de conjuntos documentais de extrema importância para os trabalhos de memória institucional.

Nesse sentido, o pesquisador o denominou de ‘coletânea’ a reunião de seu trabalho com documentos e imagens que permitem que “[...] outros pesquisadores possam se debruçar de forma mais direta nas fontes primárias aqui transcritas e ou reproduzidas.” (LIMA, 2010, p. 8). Assim, foram transcritos documentos como jornais, atas de exames de alunos, fichas individuais de alunos, editoriais como boletins e jornais das escolas.

Cremos que a sistematização e a organização desses documentos podem não só gerar um maior acesso a essa documentação garimpada durante nosso doutoramento, mas pode permitir uma melhor compreensão da história do IFES, da educação capixaba e do próprio Espírito Santo (LIMA, 2010, p. 8).

Também ressaltamos aqui os trabalhos de Ferreira (2017). Sua tese de doutorado inter-relaciona algumas das temáticas que podem ser exploradas no acervo da sala de memória quando de sua disponibilização. Em sua pesquisa, Ferreira (2017) aborda as perspectivas das relações de gênero para compreender a trajetória das egressas do Programa Mulheres Mil, PMMil, na busca por elevação da escolaridade na área técnica profissional, no Proeja do Ifes, campus Vitória, considerando as contradições da oferta e os embates cotidianos do programa

na Instituição. Toma como base teórica os estudos feministas nas interfaces com a produção do campo da Educação de Jovens e Adultos e do Trabalho e Educação.

Assim como nos trabalhos de Lima (2004), Ferreira (2017) também informa que, historicamente, é negada a inclusão de mulheres no ensino técnico profissionalizante, demonstrando por meio de bases documentais que foram “trajetórias negadas, descontinuadas e fragmentadas que caracterizaram seus processos de escolarização desde os primeiros contatos com a escola [...] (FERREIRA, 2017, p. 193)”.

No que se refere ao uso do acervo da sala de memória, para as pesquisas dos autores citados, destaca-se que as informações extraídas dessas fontes documentais confirmam os “vestígios” da presença feminina no Ifes. Foi por meio das fichas individuais das matrículas efetivadas e de convites de formaturas de alunos dos cursos técnicos que a pesquisadora constatou a presença de meninas matriculadas nos cursos de Alfaiataria, de Tipografia e de Encadernação da década de 1940. A partir de 1971 é regulamentada a abertura de matrícula para mulheres, determinada pela legislação, conforme a Ata do Conselho de Professores apresentada pela pesquisadora: “O Sr. Presidente informa que no próximo ano será livre a escolha para o elemento feminino, pois não podemos alterar um dispositivo constitucional” (FERREIRA, 2017, p. 95).

Lima (2010, p. 53), conforme citado por Ferreira (2017, p. 95), aponta que “[...] as mulheres, em particular, que começaram a frequentar a escola nos anos de 1940, eram tomadas como inadaptaáveis ao trabalho de oficina, tanto que, depois dessa fase, elas desapareceram da Escola, ressurgindo apenas na década de 1970”.

Contudo, Pinto (2006 *apud* FERREIRA, 2017, p. 95), cita registros da presença dessas estudantes na década de 1950 e destaca que a matrícula desse segmento estava condicionada ao curso de Alfaiataria, congênere ao curso de corte e costura que, oficialmente, era destinado às mulheres e era oferecido em algumas escolas técnicas de outros Estados. A legislação, dessa forma, abriu outras possibilidades para a profissionalização feminina, embora ainda direcionando ao que era “apropriado” para este público.

Com base na pesquisa das fontes documentais primárias e secundárias presentes nesse acervo a pesquisadora comprova a permanente necessidade de “políticas públicas voltadas para as

mulheres com ações para a inclusão feminina no mundo do trabalho, à geração de renda e inclusão social por meio da qualificação profissional e do enfrentamento à violência contra a mulher (...) (FERREIRA, 2017, p. 132)”.

Trabalhos como o de Lima (2010), Ferreira (2017) e Pinto (2015) acentuam a urgência no tratamento para disponibilização desse acervo de forma mais consciente com as necessidades de preservação que os suportes documentais requerem, bem como demonstra a capacidade de restabelecer o caráter social dos arquivos em EPT, estimulando seu uso para as pesquisas.

Assim, consideramos que a disponibilização de instrumentos de pesquisa é de extrema importância para as pesquisas historiográficas, pois difunde o acervo, ao mesmo tempo, em que promove melhor acesso às fontes documentais, ampliando o potencial para o ensino e a pesquisa relacionado à história da educação. Dessa forma, revelamos como as políticas públicas educacionais, no passado dessa instituição, influenciaram a cultura escolar, as mudanças em seu currículo e a inserção dos sujeitos nesta escola que forma para o trabalho.

3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Conforme descrito pelo sociólogo francês Maurice Halbwachs (2006), a história lança uma ponte entre o passado e o presente e restabelece essa continuidade recriando correntes do pensamento coletivo que toma impulso no passado. Para este autor, a memória é uma construção social porque, mesmo que particular, remete a um grupo, é influenciada pelo meio, portanto, é coletiva.

Halbwachs afirma que como a memória é coletiva, ela necessita de ser contextualizada para criar as lembranças. “Para que a memória dos outros venha assim a reforçar e completar a nossa [...], é preciso que as lembranças desses grupos não deixem de ter alguma relação com os acontecimentos que constituem meu passado [...] (HALBWACHS, 2006, p. 98)”.

Sobre a citação acima de Halbwachs (1968), Pollak (1989, p. 3) expõe que o sociólogo “insinua não apenas a seletividade de toda memória, mas também um processo de negociação para conciliar memória coletiva e memórias individuais”. Sobre isso, Pollak (1989) associa que as memórias subterrâneas se opõem à memória oficial e, enfatiza “o caráter destruidor, uniformizador e opressor da memória coletiva nacional.” (POLLAK, 1989, p. 2).

Em seguida, o autor completa que “não se trata de lidar com os fatos sociais como coisas, mas de analisar como os fatos sociais se tornam coisas, como e por quem eles são solidificados e dotados de duração e estabilidade.” (POLLAK, 1989, p. 4). Por sua vez, a duração e a estabilidade ocorrem na “constituição e formalização da memória” e nesse caso aqui exposto por Pollak (1989), expresso pela história oral e considerando desde já a sua seletividade.

Em outro momento, Pollak (1992) diz não haver diferença fundamental entre fonte escrita e fonte oral e que o trabalho do historiador, se faz sempre a partir de alguma fonte: “se a memória é socialmente construída, é óbvio que toda documentação também o é” (POLLAK, 1992, p. 207). É nesse sentido que nos atentamos para a percepção do caráter seletivo das fontes de memória materializadas como documentos.

A memória é seletiva. Nem tudo fica gravado. Nem tudo fica registrado. A memória é, em parte, herdada, não se refere apenas à vida física da pessoa. A memória também sofre flutuações que são função do momento em que ela é articulada, em que ela está sendo expressa (POLLAK, 1992, p. 204).

Trabalhar o conceito de memória coletiva, defendida por Halbwachs (2006), operacionaliza pensarmos a memória dos grupos e das instituições. O sociólogo define memória coletiva como uma representação que um grupo cria de seu passado em termos de reconstruções das experiências e memórias vividas, mesmo que fragmentárias. Ele afirma ainda que, para reconstituir as lembranças de determinadas memórias, o distanciamento do passado realoca estas memórias que tomam forças através dos relatos, dos compartilhamentos de memórias das testemunhas que ainda as conservam.

Porém, quando estas memórias se dispersam o único meio de preservá-las é fixá-las em uma narrativa: “[...] pois os escritos permanecem, enquanto as palavras e o pensamento morrem (HALBWACHS, 2006, p. 101)”. Esses escritos tornam-se as fontes documentais com a materialização da memória.

Acresce ao exposto por Halbwachs, as ideias defendidas por Bloch (2001) quando esse historiador afirma que os documentos são vestígios, não fontes inócuas e por si verdadeiras: “É a pergunta que fazemos que condiciona à análise e, no limite, eleva ou diminui a importância de um texto retirado de um momento afastado [...] (BLOCH, 2001, p. 08)”.

Segundo Bloch (2001), os documentos só falam quando são interrogados: “toda investigação histórica supõe, desde seus primeiros passos, que a investigação já tenha uma direção.” (BLOCH, 2001, p. 27). Nesse sentido, o historiador nos coloca que para organizar a memória e selecionar as fontes para a exploração histórica faz-se necessário o uso de “técnicas de coleta e de tratamento dos documentos [...] como o estabelecimento de guias técnicos, inventários, catálogos e repertórios.” (BLOCH, 2001, p. 26).

Junto a essa necessidade de reunir as fontes documentais e tratá-las para promover a pesquisa, evidenciar ou confrontar as diversas memórias, os ‘lugares de memória’ se reafirmam, pois há um processo de aceleração da história que nos ameaça com o esquecimento (NORA, 1993). De acordo com Pierre Nora (1993), a mundialização, a democratização, a massificação, a midiaticização causaram o desmoronamento da memória, da sociedade-memória, das ideologias-memória, o que torna necessário a criação de lugares para guardar nossas memórias materializadas são os “lugares da memória”, são os arquivos, as bibliotecas, centros de memória e os museus como guardiães de nosso passado dado que não há memória espontânea.

Acrescenta ainda que “[...] o que nós chamamos de memória é, de fato, a constituição gigantesca e vertiginosa do estoque material daquilo que nos é impossível de lembrar, repertório insondável daquilo que poderíamos ter necessidade de nos lembrar.” (NORA, 1993, p.15). Assim passamos a entender que as fontes documentais contidas nos ‘lugares de memória’ são como registros materiais da memória das sociedades, da necessidade de perpetuação da memória através da história tão necessários à pesquisa, às lembranças, às comemorações, à memória coletiva e ao sentimento de identidade.

A respeito do senso de identidade, Le Goff (1990) afirma que “a memória é um elemento essencial do que se costuma chamar identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia.” (LE GOFF, 1990, p. 410). Assim, os ‘lugares da memória’ se estabelecem diante da necessidade da guarda e manutenção das fontes de registros históricos, e esclarece:

O documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder. Só a análise do documento enquanto monumento permite à memória coletiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente, isto é, com pleno conhecimento de causa (LE GOFF, 1990, p. 470).

O documento então alcança o status de monumento, sem perder seu sentido de fonte, como testemunho histórico. O documento, que tinha o significado de prova, passa a ser considerado monumento, aquele que perpetua ou evoca o passado, quando utilizado pelo historiador (LE GOFF, 1996).

3.1 Preservação da memória da EPT

Os conjuntos documentais presentes nos acervos escolares apesar de configurarem uma rica fonte informacional tem sido pouco explorados para o reconhecimento da memória da educação presente em seus diversos registros, como afirma Ciavatta “a memória do trabalho e da educação é um tema pouco explorado.” (CIAVATTA, 2010b, p. 1). Um dos fatores para isso, ela explica, é a quase ausência de registros históricos, seja pela carência de recursos para os trabalhos em arquivos nas instituições de ensino onde pudessem ser reunidos, seja por terem sido subtraídos ou destruídos ou até mesmo pela “tradição colonizadora e autoritária da memória apagada, das gerações sem história” (CIAVATTA, 2010b, p. 1).

A autora conclui que sendo a escola um rico ‘lugar de memória’, os trabalhos nos arquivos escolares “têm resultado em uma reapropriação dos acervos e organização de centros de memória sobre o trabalho e a educação” (CIAVATTA, 2010, p. 6).

Em um melhor entendimento sobre essa reapropriação para a preservação dos acervos escolares enquanto fontes documentais devemos esclarecer que eles surgem da necessidade da manutenção e da garantia de direitos individuais e coletivos na instituição, conforme explicam Camargo e Guimaraes:

Os arquivos nascem em decorrência das ações praticadas por pessoas jurídicas e físicas ao longo de suas respectivas trajetórias. Os documentos que os integram não constituem uma finalidade em si: são ferramentas de gestão, isto é, instrumentos pelos quais as atividades de tais pessoas se realizam, servindo, ao mesmo tempo, de comprovantes de que as atividades foram realizadas (CAMARGO, A. M; GUIMARAES, S., 2015, p. 24).

Aldabalde e Grigoletto (2016) citam a preocupação de Murguia (2011) a respeito do viés dos processos de institucionalização dos arquivos, que leva ao entendimento desses lugares de memória também como um não-lugar, “[...] uma vez que as manifestações temporais, como a memória, são formas de apropriações e emergências criadas nas fissuras desejadas pelo exercício de um poder institucional” (ALDABALDE, T.; GRIGOLETO, M. C., 2016, p. 20). Dessa forma, os autores esclarecem a importância de compreendermos os limites ou as fronteiras sobre a relação entre arquivos e memória.

A memória não é arquivo, mas as práticas mnemônicas coincidem, em certas medidas, com as práticas arquivísticas. Portanto, a partir dessas práticas alocadas nos saberes arquivísticos, como o arranjo, a descrição e a avaliação, os documentos podem vir a ser ativadores da memória (ALDABALDE, T. V.; GRIGOLETO, M. C., 2016, p. 23).

Nesse sentido, acrescenta Jardim (1996) que o conceito/noção de memória norteia diversas práticas de constituição do patrimônio documental. Este processo é configurado na arquivologia pelo conjunto de técnicas identificadas como avaliação e seleção de documentos.

Para Jardim (1996) essas técnicas devem operar com uma noção/conceito de memória que privilegie os seus aspectos como construção social, e não como dado arqueologizável. Meneses (1992) expõe que “essa memória assegura a coesão e a solidariedade do grupo e ganha relevância nos momentos de crise e pressão. Não é espontânea: para manter-se, precisa

permanentemente ser reavivada” (MENESES, 1992, p. 15).

Conforme a prática historiográfica de Certeau (1982) separa-se o presente de seu passado “[...] faz uma triagem entre o que pode ser ‘compreendido’ e o que deve ser esquecido para obter a representação de uma inteligibilidade presente.” (CERTEAU, 1982, p.72). Assim procede o arquivista, mediante os processos de avaliação⁸ e seleção, serão preservados os ‘representantes’ da memória e, assim selecionados, se tornam fontes para a pesquisa histórica. Dessa forma, assumimos critérios de valorar os documentos para então serem encaminhados aos arquivos permanentes ou centros de memória.

Retomando Certeau (1982), tudo começa com o gesto de separar, de reunir, de transformar em documentos certos objetos distribuídos de outra forma. Assim, inserimos como arcabouço metodológico a teoria arquivística para corresponder à manutenção e sistematização destes documentos, registrando-os por meio de instrumentos de pesquisa.

Sob a perspectiva da seleção para a preservação do patrimônio documental, encontramos em Alcântara (2012) elementos que justificam “O medo do esquecimento dos traços do passado e dos elementos que integram a nossa cultura é uma das preocupações que norteiam a salvaguarda do patrimônio dos grupos, tendo em vista que este está intrinsecamente relacionado com o trabalho de construção das identidades e alteridades”. Assim, Alcântara compreende a preservação como um trabalho social complexo e, apresenta as análises de Arantes (1989) por estas envolverem múltiplas implicações:

[...] é uma ação desencadeada pelos interesses de grupos sociais específicos, decorre de práticas profissionais institucionalizadas e depende de um lastro jurídico-administrativo construído historicamente. Quer dizer, trata-se de uma atividade produtiva, criadora de valor econômico que pode ser aumentado ou diminuído, dependendo do tratamento que se dê aos bens preservados; de valor simbólico, constitutivo da memória, da territorialidade e da identidade nacional, além de outras identidades mais específicas e locais; e de valor político, levando ao aspecto da hegemonia e ao dos direitos dos cidadãos (ALCÂNTARA, 2012, *apud* ARANTES, 1989, p. 16).

Já, sob a perspectiva da prática arquivista, nos procedimentos de avaliação, preservam-se aqueles documentos que possuem valores secundários. Nesse sentido, Schellenberg (2006) esclarece que

8 Avaliação é o processo de análise de documentos de arquivo que estabelece os prazos de guarda e destinação de acordo com os valores que lhes são atribuídos (DBTA, 2005, p. 41)

Pode-se determinar facilmente os valores secundários de documentos oficiais se os analisarmos em relação a dois aspectos: a) a prova que contem da organização e do funcionamento do órgão governamental que os produziu; e b) a informação que contem sobre pessoas, entidades, coisas, problemas, condições, etc. com que o órgão governamental haja tratado (SCHELLENBERG, 2006, p. 182).

Desta forma, são considerados documentos permanentes, os documentos que possuem os valores secundários probatórios e informativos. O valor probatório como aquele que prova a existência das atividades realizadas pela entidade que produziu ou acumulou os documentos e, o valor informativo como informação essencial sobre matérias que o órgão lida, “úteis para o estudo de uma variedade de assuntos.” (SCHELLENBERG, 2006, p.181).

Depois que os documentos já cumpriram sua função imediata ligada à razão pela qual foram gerados e serviram de prova, ou seja, findou-se seu valor primário e que, foram avaliados como de valor secundário, eles são recolhidos para preservação nos arquivos, podendo então integrar-se ao patrimônio cultural de uma sociedade⁹.

O documento de valor permanente é um bem cultural móvel, componente do patrimônio cultural nacional. Como tal, ele tem direitos assegurados à sua integridade física e, tal como outras modalidades de bens culturais, recebe o amparo legal quanto ao seu domicílio, guarda e proteção dentro do meio administrativo, jurídico e social que lhe deu origem, função e sentido (BELLOTTO, 2014, p. 92).

Enquanto estes documentos possuírem valor de uso prático e imediato, ou seja, valor primário, eles se manterão nos arquivos correntes. É esta passagem dos arquivos correntes, de uso administrativo para os arquivos intermediário e permanente que caracteriza a Teoria das Três Idades¹⁰.

Essa teoria explica o funcionamento do ciclo de vida¹¹ dos documentos e como estes atravessam a primeira fase de uso corrente até a terceira fase de idade permanente e sedimenta os trabalhos da Gestão Documental¹².

9 Para o reconhecimento como Patrimônio Cultural de uma sociedade deve-se proceder com a solicitação feita junto ao CONARQ para o reconhecimento de classificação dos conjuntos documentais como de Interesse público e social, conforme estabelecida na Lei nº 8.159 /1991 e, no Decreto 4.073, de 3 de janeiro de 2002 e ainda, disciplinada na Resolução nº 17 do CONARQ.

10 Teoria das Três Idades é a Teoria segundo a qual os arquivos são considerados arquivos correntes, intermediários ou permanentes, de acordo com a frequência de uso por suas entidades produtoras e a identificação de seus valores primários e secundários (DBTA, 2005, p. 160).

11 Também chamado de ciclo vital dos documentos, são as sucessivas fases por que passam os documentos de um arquivo, da sua produção à guarda permanente ou eliminação. (DBTA, 2005, p. 47).

12 Conforme Art. 3º da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991, considera-se gestão de documentos o conjunto de procedimentos e operações técnicas referentes à sua produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento em

É nesse sentido que os procedimentos de avaliação dos documentos são extremamente importantes para os arquivos institucionais, de forma que podemos resumir que são os processos de avaliação que permitirão a preservação da memória institucional materializada nos arquivos e diminuirão as chances de eliminação de documentos de valor permanente. São fontes documentais primárias de suma importância para a sociedade, e por isso, necessitam de tratamentos adequados de preservação para seu acesso contínuo e uso para a pesquisa.

[...] os documentos de arquivo não são entidades discretas, que têm vida independente e autônoma; são, ao contrário, partes de um conjunto cujos elementos mantêm relação orgânica entre si. Maior que a soma das partes que o integram, esse organismo é que lhes empresta autenticidade. Por isso se pode dizer que os documentos carregam consigo obrigatoriamente, a cunha da instituição que os produziu. Nenhum deles, com efeito, pode ser compreendido ou interpretado sem que se conheçam as razões por que foi produzido ou as condições de que se originou (CAMARGO, 2003, p.12).

A partir do momento que se conhece e compreende a sua história, através da constituição de suas memórias coletivas, da memória enquanto construção social e da preservação de suas memórias materializadas nos documentos, a sua identidade como escola torna-se uma experiência de democracia participativa ajudando na decisão coletiva de para onde se quer ir (CIAVATTA, 2005).

É o conhecimento da gênese documental como entendimento do contexto da origem dos documentos que nos permite trabalhar melhor as possíveis formas de acesso às fontes documentais e, desse modo, promoverem a recuperação dessas memórias como objeto da história.

Na medida em que os arquivos são materialidades do passado, eles podem atualizar a memória de uma pessoa, ou conjunto de pessoas, frente às demandas do presente. Consideramos, portanto, que os arquivos compõem uma parte significativa das bases que serão parte da memória praticada de uma instituição, família, cidadão ou sociedade (GRIGOLETO, 2016, p. 23).

Com isso, entendemos que o acesso a estes documentos demonstra-se de suma importância para a sociedade como base para a pesquisa histórica das questões inter-relacionadas ao campo da educação e da formação para o trabalho, bem como da própria constituição da memória institucional enquanto memória coletiva (HALBWACHS, 2006) que contribui para reafirmação de sua identidade, como uma construção social, explica Bellotto:

O patrimônio é uma construção social coletiva, pertence a todos e, todos os cidadãos

fase corrente e intermediária, visando a sua eliminação ou recolhimento para guarda permanente.

devem ter o direito e o dever de preservá-lo, como possibilidade de resgate de sua identidade social (dentro de sua comunidade de origem) e individual (frente a frente consigo mesmo no espelho de sua alma) (BELLOTTO, 2014, p. 308 *apud* GARBINATTO, 2000).

Conforme Hedstrom (2017), estas fontes que compõem os arquivos e centros de memórias potencializam as descobertas e a recuperação das memórias as quais haviam sido perdidas ou negadas à comunidade em busca de memória. Porém, devemos atentar que:

Os documentos de arquivos, não são representação da memória coletiva e as instituições arquivísticas não são depósitos de memória coletiva. Ao contrário, os arquivos são fontes para a potencial descoberta ou recuperação de memórias que haviam sido perdidas. Uma vantagem particular que os arquivos possuem enquanto veículos da memória coletiva (além de sua persistência) é que eles podem permanecer insuspeitados e imperturbáveis enquanto as memórias individuais se esvaem, enquanto a memória coletiva é reconfigurada, ou até mesmo enquanto existem esforços conscientes de se apagar a memória (HEDSTROM, 2017, p. 255).

É por isso que as potenciais descobertas das fontes documentais tornam preciosas as informações que quando recuperadas podem ser evidenciadas, confrontadas, rememoradas e desmistificadas a partir da seleção que o pesquisador faz daqueles documentos que venham a provar os fatos aos quais atesta. Afinal, depende de um olhar investigativo o quanto um acervo de memória pode nos revelar. Para tanto, o tratamento e a disponibilização dessas fontes documentais torna-se essencial.

Compreende-se que as práticas discursivas e documentais coexistem no campo do patrimônio no feixe complexo das relações de saber/poder, apontando para a materialidade da discursividade no documento. Assim sendo, as regularidades destas práticas é que delineiam as operações sobre os objetos de determinadas formações discursivas e agem para a definição de regras e sistemas normativos, os quais criam condições de estabilidade às ações preservacionistas (GRIGOLETO; MURGIA, 2017, p. 14).

Os trabalhos de preservação para a memória institucional objetivam o envolvimento de critérios para a disponibilização do acervo e potencializam seu caráter de fonte de pesquisa. Sob o entendimento de que acesso à memória está estritamente interligado a arquivos organizados e preservados, conforme estipulado pela Unesco (2003) na Carta para Preservação do Patrimônio Histórico: “A preservação de documentos arquivísticos tem como objetivo garantir a autenticidade e a integridade da informação, enquanto o acesso depende de os documentos estarem em condições de serem utilizados e compreendidos” (CONARQ, 2004).

Dessa forma, depreendemos que é urgente tornar a memória materializada em informação acessível que dê suporte às lembranças e a consolidação de memórias e identidades, mais especificamente no exercício dos arquivos como produto social, pois “os melhores arquivos são os que servem os amplos objectivos sociais, culturais, de responsabilidade democrática” (CUNNINGHAN, 2003, p. 63).

É sob o entendimento acima que pensamos em promover melhor acesso ao acervo desta sala, visto que “a noção de acesso à informação relaciona-se, portanto, a um direito, mas também a dispositivos políticos, culturais, materiais e intelectuais que garantam o exercício efetivo desse direito.” (JARDIM, 1999, p. 3).

Conforme nos esclarece Tessitore (2003) “para que os documentos cumpram sua função social, administrativa, jurídica, técnica, científica, cultural, artística e ou histórica é necessário que estejam preservados organizados e acessíveis.” (TESSITORE, 2003 p. 11). Porém, é através dos instrumentos de pesquisa que o arquivista proporciona ao pesquisador o encontro satisfatório do documento: “O trabalho do arquivista precisa revelar-se ao historiador desde o seu primeiro momento no arquivo; é esse trabalho que deve proporcionar o encontro satisfatório entre pesquisador e documento, através dos instrumentos de pesquisa.” (BELLOTTO, 2006, p. 176).

Pensamos o trabalho de difusão aqui abordado também como uma das finalidades dos trabalhos em arquivos e de acervos documentais, um dos “quatro grandes setores principais que foram objecto dos trabalhos dos especialistas dos arquivos, ou seja, o tratamento, a conservação, a criação e a difusão” (ROUSSEAU e COUTURE, 1998, p. 48). Porém, utilizando-se da construção do catálogo seletivo como produto educacional, consideramos que o mesmo torna-se objeto de mediação para o acesso a informações desse acervo, no contexto da EPT. Além disso, acrescentamos ainda que o catálogo é um instrumento para alcançar maior visibilidade para o acervo:

É por meio da difusão que se dá visibilidade às fontes, antecipando ao público a riqueza documental de um arquivo. Sua importância está em chamar a atenção para o que está guardado [...]. Com atribuições de tamanha importância, acreditamos que a difusão é apenas uma dentre as ações que devem ser colocadas em primeiro plano nas políticas institucionais dos arquivos, como parte de uma relação de interdependência entre recolhimento, custódia, preservação e gestão documental (SILVA e BARBOSA, 2012, p. 46).

Portanto, como instrumento de difusão, o catálogo promove a mediação do acervo, como um aspecto na construção da memória e da função social (educativa) dos arquivos.

4 SISTEMATIZANDO O CATÁLOGO DE FONTES: CAMINHOS METODOLÓGICOS

De natureza qualitativa, esta pesquisa tem suas relações entre a história e a memória diante da perspectiva de organização das fontes documentais primárias. Sob o ponto de vista de construção do produto de pesquisa é de natureza exploratória, pois seus procedimentos envolvem a descoberta, sistematização e a organização de fontes que compõem o acervo da sala de memória da biblioteca Nilo Peçanha, no campus Vitória. As buscas por informações são de base documental e realizadas por meio de análises do universo de documentos do Ifes.

Destaca-se neste processo de pesquisa documental os documentos arquivísticos institucionais e suas inter-relações. Esses documentos configuram-se então como objetos e, ao mesmo tempo, fonte deste trabalho de busca e identificação dos mesmos.

É importante frisar que esses documentos se estabeleceram na sala por campanha de recolhimento ou por doação e a forma de organização por eles recebida baseou-se em seus formatos (ficha, livro, caderno, planta, folha, cartaz), gênero (textual, audiovisual, iconográficos) e por uma organização de ordem cronológica, conforme a gestão da instituição, por datas e por diretores. Isso ocasionou a formação de coleções específicas com essas características, o que diferencia do fluxo orgânico na formação de um acervo de arquivo, como quando os documentos são encaminhados para a guarda permanente.

Dessa forma, fizemos uma distinção entre os documentos que compõem os fundos documentais fechados¹³, existentes no campus Vitória, para os documentos que compõem as coleções ali presentes. Isto porque “o fundo é o foco central da descrição arquivística e a condição *sine qua non* da qual todo o trabalho descritivo deve proceder.” (COOK, 2017, p. 12).

Para Cook (2017) a definição de fundos de arquivos colocada pelo *Working Group on Archival Descriptive Standards*¹⁴ é a que melhor se expressa: “*Fonds* pode ser definido como a totalidade dos documentos de qualquer natureza que toda entidade administrativa, toda

13 O Fundo Documental Fechado é “Fundo que não recebe acréscimos de documentos em função de a entidade produtora não se encontrar mais em atividade” (DBTA, 2005, p. 98).

14 O *Working Group on Archival Descriptive Standards* (Grupo de Trabalho em Normas de Descrição Arquivística) do *Bureau of Canadian Archivists* (Associação dos Arquivistas Canadenses).

pessoa física ou entidade coletiva, acumulou automática e organicamente por razões de sua função ou atividade.” (COOK, 2017, p. 16).

Nesse sentido, compreendemos que as coleções “não apresentam a organicidade típica dos fundos de arquivo e tem suas peças reunidas, artificialmente, de acordo com determinado núcleo de interesse temático.” (TESSITORE, 2003, p. 31) sendo esta a organização inicial da sala de memória.

Porém, no processo descritivo resgatamos a noção de organicidade¹⁵ dos documentos fotográficos, na medida em que eles refletem as relações do contexto em que foram produzidos ou acumulados, promovendo a recuperação de muitas de suas informações. Considerando então a necessidade de distinguir o fundo das coleções presentes nesta sala, observa-se que “o primeiro é o resultado de um processo natural, o produto de atividades claramente definidas, enquanto que a última é uma construção artificial, uma criação arbitrária, frequentemente fruto do acaso.” (COOK, 2017, p. 17 *apud* COUTURE E ROUSSEAU, 1987).

Tal observação sobre a formação de coleção, na qual se destaca este acervo, nos remete às relações de poder fabricadas (LE GOFF, 1990) quando percebemos a necessidade de eternizar os nomes dos diretores no acervo para a criação desse ‘lugar de memória’ consolidando a gestão da época, dos nomes dos diretores nas denominações dos arranjos documentais.

Entretanto, ainda que a documentação ali presente não possua seu contexto arquivístico de produção e acumulação espontânea representada no seu arranjo físico, os instrumentos de descrição, com a utilização das normas da arquivologia, permitem o mesmo tratamento para as coleções, “ainda que os documentos produzidos pelo colecionador em seu trabalho de reunir a coleção obviamente constituam um fundo (ou parte de um fundo), o produto reunido – a coleção propriamente dita – não é um fundo.” (COOK, 2017, p.17).

Assim, os fundos documentais fechados existentes no acervo do campus Vitória correspondem às escolas anteriores que formaram o atual Ifes: Escola de Aprendizes e Artífices do Espírito Santo - EAAES corresponde ao período de 1910 até 1941; Escola

¹⁵ A organicidade é a qualidade segundo a qual, os arquivos refletem a estrutura, funções e atividades da entidade produtora/acumuladora em suas relações internas e externas (BELLOTTO, 2004, p. 19).

Técnica de Vitória - ETV corresponde ao período de 1942 até 1965; Escola Técnica Federal do Espírito Santo - ETFES corresponde ao período de 1965 a 1998; Centro de Educação Federal e Tecnológica do Espírito Santo - CEFETES corresponde ao período de 1999 a 2008. Porém, para esta pesquisa, trabalhamos somente com os fundos fechados pertencentes ao século XX, ou seja, até ao período correspondente a 1998.

É importante ressaltar que o processo de definição para os fundos documentais, além de se constituir como o próprio inventário do acervo, torna-se meio e objeto da memória coletiva do Ifes, pois são estas memórias que se encontram materializadas nos diversos suportes que darão vozes aos testemunhos e depoimentos, sendo então fundamentais para que não sejam esquecidas. Segundo Pollak (1989), “um passado que permanece mudo é muitas vezes menos o produto do esquecimento do que de um trabalho de gestão da memória [...]” (POLLAK, 1989, p.13).

A partir daí, com base nos inventários do acervo, iniciamos a seleção e a descrição dos itens documentais com o objetivo de construir um novo instrumento de pesquisa com base na temática deste mestrado. Optamos pelo catálogo seletivo como produto de pesquisa para abordar a temática das diferentes práticas educativas no contexto de ensino e aprendizagem na formação dos trabalhadores na história da educação nesta instituição.

E por isso, valorizamos primeiramente a função exercida na instituição escolar para definição de seus fundos documentais: “o fundo é o ‘todo’ que reflete um processo orgânico no qual um produtor de documentos produz ou acumula séries de documentos, os quais apresentam uma unidade natural baseada em função, atividade, forma ou uso compartilhados.” (COOK, 2017, p. 62).

Consideramos ainda, os pontos fundamentais para a definição de fundos de arquivos segundo exposto por Bellotto (2006), justificando que “a função é mais importante do que o próprio nome do órgão. Este pode mudar, conservando-se, entretanto, a mesma competência maior. O fundo mudará se esta mudar.” (BELLOTTO, 2006, p. 132).

Dessa forma, mantivemos os documentos pertencentes ao denominado colégio Liceu no fundo fechado da EAAES, pois identificamos que não houve alteração sobre a funcionalidade da EAAES quando houve a mudança de denominação para Liceu, em 1937, ou seja, a mesma

modalidade de ensino aplicada com as mesmas práticas pedagógicas se manteve na EAAES desde 1910 e continuou no então novo Liceu até 1942 (BRASIL, 1937).

Ainda sobre essa mudança de nome, é relatado pelos pesquisadores que não ocorreram mudanças significativas na gestão administrativa e acadêmica desta escola:

Por força da Lei n.º 378/37, a Escola de Aprendizes Artífices do Espírito Santo passou a ser denominada de Liceu Industrial de Vitória, mas ainda estava localizada na Rua Presidente Pedreira sem sofrer muitas transformações (GITEC, 1969, p. 12). A ausência de dados sobre o período de 1935 a 1941 não nos permite estabelecer nenhuma análise sobre mudanças de ordem qualitativa ou quantitativa (LIMA, 2010, p. 50).

Em observação, ainda há poucos documentos que identificamos como produzidos pelo Liceu e que poderiam justificar o contrário: “pouco se conhece sobre o Liceu, pois sua duração não passou de 5 anos. Dessa instituição o aspecto mais relevante que ficou conhecido diz respeito às enormes dificuldades estruturais e precárias condições de funcionamento” (PINTO, 2015, p. 38). A quase ausência de documentos deste período da instituição deixa-nos uma lacuna na historiografia do Ifes.

Considerando o intuito de reconstituir os documentos ao seu contexto de origem, para também evidenciar a historicidade aqui relatada, evitamos a criação de coleções, conforme apresentam-se nos arranjos físicos. Partimos de uma estruturação lógica hierárquica tendo por base os princípios da arquivologia já incorporados nas normas de descrição arquivísticas para então remeter cada conjunto ou até mesmo os itens documentais ao seu fundo original.

Portanto, a organização não se dá por data ou denominação de gestores, mas sim pela instituição e a sua competência/função. Tal sistematização, tendo como arranjo principal a competência institucional, elucida as práticas educativas no contexto de ensino e aprendizagem na formação dos trabalhadores, aplicadas em cada época.

Para o caso das fotográficas, diante da dificuldade de reconstituir o contexto de produção de cada item fotográfico e, considerando seu arranjo físico conforme cronologia baseada nos diretores das escolas, formou-se os dossiês de fotografias dentro dos seus fundos fechados específicos.

O uso da fotografia, enquanto fonte documental faz-nos posicionarmos para a mesma enquanto objeto de mediação, documentos monumentalizados conforme colocado por Le Goff

(1992). Observamos na pesquisa de Rosa (2018), por exemplo, que a fotografia é apresentada como um documento sob uma narrativa visual, entre o que se inscreve no visível e o oculto e o silenciado diante dos embates do lembrar e do esquecer: “assim como os esquecimentos de nossa memória, o que não foi posto em evidência, não foi reconhecido, ou na hierarquização de valores não priorizado pode revelar importantes questões reflexivas sobre indivíduos e grupos sociais” (ROSA, 2018, p. 23).

Ainda nesse sentido, Ciavatta (2012) afirma que o uso da imagem, do documento fotográfico é um dos desafios mais inquietantes para a pesquisa em educação.

Como fonte documental, como forma de conhecimento do mundo, guardião da memória e elo de coesão de identidades, como representação da realidade, como elemento fundamental das artes visuais ou como produção cultural advinda do trabalho humano, a imagem participa de um universo sedutor e ambíguo de onde podem ser depreendidos múltiplos significados. Todo o processo de produção da imagem, de sua apropriação, preservação e utilização, de sua observação e interpretação é permeado por elementos ideológicos da concepção de realidade e da visão de mundo de cada um dos sujeitos envolvidos (CIAVATTA, 2012, p. 36).

Ciavatta (2009) considera o documento fotográfico como fonte histórica, situado no seu contexto de sua produção, de tempo, e das condições político-sociais e educativas, concluindo que a fotografia é um momento congelado no tempo. “Como um produto social, a imagem fotográfica tem um autor, foi feita com determinadas finalidades, foi apropriada e serve à preservação da memória e à identidade de indivíduos e grupos.” (CIAVATTA, 2004, p. 124).

As fotografias são mundos de relações silenciosas, densas congeladas no tempo mínimo do obturador. Mundos de seres calados e imóveis que devem ser decifrados a partir do contexto onde se encontram na história de sua relação com os demais seres, tanto pessoas quanto objetos. (CIAVATTA, 2004, p. 45)

É com base nessas análises sobre as percepções do documento fotográfico, enquanto mediador de memórias, que abordamos a temática da “escola que forma para o trabalho”, buscando imagens representativas das salas de aula, das oficinas e dos laboratórios, como espaços do processo de formação dos sujeitos para o mundo do trabalho.

Assim, os procedimentos para a sistematização do catálogo ocorreu por meio da organização, seleção e tratamento arquivístico dos documentos selecionados para o catálogo e, desenvolvidos em cinco etapas. Em um primeiro momento, a observação da sala e dos inventários do acervo consistiu em um levantamento para identificação dos documentos

fotográficos que atendessem aos objetivos da pesquisa.

Ou seja, selecionar dentre os documentos aqueles que melhor comporiam o catálogo seletivo com fins temáticos para o atendimento ao objetivo de sistematizar o acervo para ampliar seu acesso às fontes documentais para a pesquisa sobre o ensino e os sujeitos da EPT.

Desse modo, seguindo a definição de catálogo seletivo, conforme o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística, temos: “Instrumento de pesquisa organizado segundo critérios temáticos, cronológicos, onomásticos ou toponímicos, reunindo a descrição individualizada de documentos pertencentes a um ou mais fundos, de forma sumária ou analítica.” (DBTA, 2005, p. 45).

Logo, o nosso critério temático baseou-se em demonstrar nos itens documentais selecionados a partir dos fundos fechados as diferentes concepções de ensino aplicadas no Ifes ao longo do século XX e os sujeitos que a constituíram. E, diante desse processo para a difusão de historiografia, enquanto instituição de ensino, em seus diferentes aspectos, demonstrar os diferentes espaços físicos utilizados na formação profissional como as oficinas, os laboratórios e salas de aula que foram se modificando ao longo de sua institucionalidade.

A segunda etapa ocorreu com os tratamentos de reformatação dos suportes informacionais por meio dos procedimentos de digitalização de alguns documentos, observamos para isso as Recomendações para Digitalização de Documentos Arquivísticos Permanentes, da Resolução Nº 31, de 28 de abril de 2010, do CONARQ. Esta etapa é essencial para a preservação dos documentos, pois permite o acesso à imagem digital do item documental sem a necessidade de manusear o documento original, o que, por conseguinte o preserva.

Os documentos selecionados encontram-se inseridos na plataforma de acesso digital Atom¹⁶. Atualmente, nesta plataforma estão sendo descritos e inseridos alguns conjuntos documentais, conforme as concepções de fundos de arquivos, o que permite uma organização de lógica estruturada hierarquicamente em classes documentais, e acessíveis a qualquer tempo por meio

16 Atom (Access to Memory) é um software arquivístico destinado à descrição arquivística e baseado nas normas de descrição do CIA (Conselho Internacional de Arquivos). O “Atom” é um acrônimo para “Acesso à memória”, disponibilizando acesso ao público. Consiste em um software livre de código fonte aberto, desenvolvido pela empresa Artefactual Systems. A sua utilização deve ser incentivada nas universidades, nos centros de pesquisa, nas instituições arquivísticas, visto que são unidades fomentadoras de conhecimento e se alinham a uma política governamental que estimula a utilização de software livre (FLORES, 2017).

da internet.

O Atom possui uma gama de recursos técnicos que flexibilizam e facilitam a atividade de descrição arquivística, auxilia na preservação dos documentos originais e na difusão de informações sobre o acervo, ao providenciar o acesso à documentação por meio de representantes digitais, permitindo assim um alcance global através de sua interface multilíngue na internet (HEDLUND; FLORES, 2014, p. 87).

O acervo presente na sala da memória da biblioteca do campus Vitória expressa, digitalmente, as inter-relações dos conjuntos documentais ali presentes. Considerando a aplicação das tecnologias da informação primamos pelo acesso aberto, on-line, seguindo regras e padrões orientados pelo Conselho Internacional de Arquivos, o CIA, que apontam para soluções de preservação de documentos para o acesso a longo prazo, de modo a iniciar e fomentar as políticas de arquivos no Ifes.

Como terceira etapa, partiu-se para as atividades ligadas à descrição arquivística na plataforma de acesso do Atom, com o uso da norma ISAD(G) *General International Standard Archival Description*, ou Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística¹⁷. Utilizamos o CODEARQ, Cadastro Nacional de Entidades Custodiadoras de Acervos Arquivísticos, que é um código oferecido pelo Arquivo Nacional às instituições detentoras de acervos. A partir desse código, ao iniciar os processos de descrição, os documentos assumem o código automaticamente do sistema, conforme hierarquia nas classes de arranjos descritas. Tomando-se uma codificação única para cada item documental.

É no processo descritivo que podemos perceber a inter-relação dos documentos, de suas séries com seu grupo e dos grupos com os fundos ou coleção, o que permite uma ampliação dos processos de pesquisa. Bellotto (2004) afirma que a descrição documental “assume lugar de proeminência o estabelecimento de um elo suficiente e necessário entre a indagação do pesquisador e a sua solução, tornada possível por meio dos instrumentos de pesquisa.” (BELLOTTO, 2004, p. 173).

Assim, a descrição é “um conjunto de procedimentos que, levando em conta os elementos formais e de conteúdo do documento, possibilitam a elaboração de instrumentos de pesquisa” (TESSITORE, 2003, p. 30). A descrição arquivística faz uma representação ideológica desses documentos permitirá a sua distribuição em classes documentais, o que promove o

17 ISAD(G) General International Standard Archival Description, ou Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística elaborado pelo Conselho Internacional de Arquivos (CIA).

entendimento do contexto de sua produção e assim nos aproximamos melhor de uma organização de lógica estruturada, base para as pesquisas historiográficas.

Este processo se dá conforme padrões que respeitam os princípios da ciência arquivística como o “princípio da proveniência” como aquele que reconstitui a origem, a história e/ou o funcionamento da instituição durante sua existência e o “princípio da ordem original”, ou seja, não desfazendo assim a organização que lhe foi dada originalmente. (SCHELLENBERG, 2006).

A quarta etapa correspondeu à organização do material a ser publicado como produto educacional desse mestrado. Com os itens documentais selecionados e descritos na plataforma, fizemos o recorte temático. Dividimos a organização do catálogo conforme as escolas do século XX que compõem os fundos fechados do Ifes e posteriormente com as imagens das oficinas, salas de aula e laboratório de cada época.

Logo após, iniciamos os procedimentos de produção textual correspondente a demonstrar nos itens documentais as diferentes concepções de ensino aplicadas no Ifes ao longo do século XX e os sujeitos que a constituíram. Utilizando as imagens que consideramos representativas das salas de aula, das oficinas e dos laboratórios, como espaços que constituem o processo de formação dos sujeitos/alunos dessa escola para o mundo do trabalho, associando as práticas educativas ao contexto de ensino e aprendizagem na formação dos trabalhadores durante o século XX. Seguindo-se os procedimentos de formatação e diagramação do catálogo.

Por fim, a quinta e última etapa do trabalho se encerra dando acesso aberto em sítio eletrônico no site do Ifes. Os itens documentais descritos no catálogo possuem hiperlinks que remetem à plataforma de acesso digital onde se encontra a matriz¹⁸ de seu representante digital. Inferimos esta forma de acesso, como uma forma de preservação do patrimônio documental, onde os objetos de descrição desta pesquisa podem ser acessados digitalmente dentro de uma estrutura de organização sistematizada, conforme um quadro de arranjo preestabelecido e hierarquizado para uma busca lógica, sem que haja a manipulação do documento.

Assim, os produtos descritivos cumprem um papel de preservação “[...] ao reduzirem o

¹⁸ Matriz Digital é destinada para a preservação, sendo uma espécie de Representante Digital “fiel” do original, sem compressão, s em correções, com maior qualidade, servindo de fonte de estudos mais detalhados pelo pesquisador (FLORES, 2014, p. 16 *apud* CONARQ).

manuseio dos documentos originais, atuam como ferramentas de gestão de conjuntos documentais - inventários cuja função é impedir possíveis perdas ou extravios.” (YEO, 2016, p.136).

5 ANÁLISE E SISTEMATIZAÇÃO DAS FONTES

Revisitando os trabalhos que se relacionam com a preservação e acesso aos arquivos escolares, observamos que muitos deles organizam-se sob o viés de projetos para a constituição de centros ou núcleos de memória com objetivo de manter viva sua história diante das diversas transformações econômicas, políticas e sociais pelas quais passaram. São projetos que buscam consolidar espaços para a guarda e tratamento da documentação, possibilitando reflexões sobre a história e a memória institucional.

Exemplificam esses trabalhos os realizados no CEFET-RJ por Silveira (2007), como projetos de organização e preservação dos acervos fotográficos que propiciaram a institucionalização do Centro de Memória CEFET-RJ e, posteriormente, o Museu do CEFET-RJ. Ela afirma que “[...] é de fundamental importância que se forme um grupo de trabalho orgânico, que se volte à implantação, de fato e de direito, de um núcleo de memória com vistas a resgatar, preservar, pesquisar e divulgar a história da instituição.” (SILVEIRA, 2007, p. 9).

Os trabalhos de Silveira (2007) partiram do resgate, do levantamento e dos estudos de documentos e, em especial das fotografias. Semelhante a essa pesquisa, os trabalhos do CEFET-RJ também buscavam a organicidade desses acervos, trazendo à tona a estrutura macro de organização dos documentos, o entendimento dos fundos de arquivos, assim como buscavam pela institucionalização dos núcleos e centros de memória.

Constatamos que os espaços destinados a guarda da documentação no Ifes requerem um olhar mais atento, assumindo assim a relevância de captar, de organizar, de preservar e, principalmente, de disponibilizar estes acervos. Sobretudo da articulação entre os espaços institucionais que visam à produção e a disseminação de conhecimentos, assim como a promoção de ações de caráter multidisciplinar que promovam a inter-relação do ensino, pesquisa e extensão, relativas à questão da memória, proporcionando abertura às mais diversas temáticas a qual estes acervos possam vir a suprir.

Nesse sentido, observamos por meio dos estudos de Furtado (2011) que os trabalhos que discutem os arquivos escolares como locais para a pesquisa da História da Educação - fontes fundamentais para o estudo dos processos de escolarização, da história das instituições escolares, da cultura escolar, entre outros aspectos - demonstram as possibilidades para a

utilização dos documentos escolares para estas pesquisas que deslocam o objeto de estudo das políticas públicas e das ideias pedagógicas para novas reflexões sobre a historiografia educacional brasileira e trazem entendimentos sobre “[...] os saberes corporificados nos planos de ensino, livros didáticos, falas dos professores e diversas práticas disciplinares, etc.” (FURTADO, 2011, p. 148).

Assim como nesta pesquisa, o trabalho de Furtado (2011) aponta para a necessidade de implantar políticas de preservação do patrimônio documental escolar que permitam melhor acesso das fontes documentais aos pesquisadores.

Ainda sobre a importância dos documentos como fonte de memória que suscitam a necessidade de sua organização para o estudo e o entendimento da história da EPT, observamos mais detalhadamente os trabalhos de Rosa (2018). Após o levantamento dos acervos fotográficos dos diversos Institutos no país para o lançamento do livro de comemoração do centenário da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, em 2009, a pesquisadora abordou em sua tese o uso da fotografia como mediação histórica da cultura material da educação.

A autora reconstitui a história dessas fotografias por meio de um processo de análise iconográfica e da intertextualidade no contexto das relações do trabalho/educação, buscando apreender como essas relações ganham forma e significado nas escolas que preparam para o trabalho. A metodologia utilizada nesta organização envolveu a distinção das fotografias recebidas pelos diversos institutos federais em categorias tais como: os ambientes administrativos; o trabalho manual; trabalho intelectual; esportes; gêneros; etc.

A escolha destas categorias para o primeiro acesso não deixa evidente se foram utilizados os princípios da arquivística para tal organização. Todavia, seu trabalho prioriza pelo sentido de historicizar o conteúdo fotográfico e seus significados e, ao final, ela conclui sobre a importância do “[...] fazer falar da memória silenciada em salas úmidas, depósitos insalubres de fragmentos de histórias” (ROSA, 2018, p. 196) que estão em constante processo de luta para a manutenção de sua existência.

A partir do exposto anteriormente, consideramos que as transformações técnico-científicas ocorridas ao longo do século XX, aplicam-se aos processos educacionais e se insere na

formação dos trabalhadores artífices, técnicos e tecnólogos, em um processo no qual a escola busca acompanhar o desenvolvimento dos elementos da tecnologia e incorporá-los na pedagogia das práticas do ensino, na formação dos trabalhadores.

Para isso, cotejamos alguns registros de memórias preservados num período que compreende nove décadas, iniciando desde criação da Escola de Aprendizes e Artífices do Espírito Santo (EAAES), em 1910, até a Escola Técnica Federal do Espírito Santo, em 1998. Essas memórias encontram-se registradas em diversos documentos, mas neste catálogo priorizamos as memórias imagéticas.

Como um instrumento de pesquisa em acervo, o catálogo contextualiza a imagem fotográfica selecionada, descrevendo-a conforme os campos de descrição para itens documentais da ISAD(G) e a relaciona à pesquisa temática de resgate do contexto de ensino e aprendizagem na formação dos sujeitos para o mundo do trabalho nas diferentes concepções dessas escolas.

Nesse sentido, usamos como referência as observações sobre os trabalhos da pesquisadora Adriana Koyama (2016), quando a mesma aborda os estudos sobre os arquivos on-line na perspectiva do ensino de história e da educação patrimonial.

Koyama (2016) destaca que em algumas propostas educativas de arquivos on-line os documentos encontram-se descontextualizados, muitas vezes sem a identificação de seu contexto de produção. Tomando tal análise como base para o entendimento dos trabalhos de constituição de nosso catálogo, concebemos que primar pela organização lógica contextualizada dos arquivos é essencial.

Além disso, como todo o acervo foi organizado conforme os fundos documentais fechados previamente definidos nos trabalhos anteriores do Projeto de Memória Institucional do Ifes, mantivemos em cada item documental sua identificação única por meio da codificação atribuída conforme a sua classificação. Esta organização facilita relacioná-los, retomando a importância da identificação do contexto de produção dos documentos exposto pela pesquisadora acima.

Também não apresentamos aqui de forma exaustiva todas as imagens existentes no acervo que remetem ao tema da pesquisa. De forma que, dentre as imagens da temática trabalhadas

presentes no acervo, foram feitas novas seleções para o catálogo contemplando aquelas que melhor possuam representatividade perante alguns elementos de análise que julgamos necessário demonstrar. Por vezes, nem todas as categorias podem ser levantadas nas imagens junto ao contexto de produção e de armazenamento ou diante da intertextualidade das buscas feitas nas fontes primárias e secundárias presentes no acervo da sala de memória.

Consideramos o código individual no qual o documento foi identificado: Código - BR-ES IFES EAAES-FOT-001, leia-se:

BR-ES IFES - instituição brasileira (BR), cadastrada no CODEARQ.

BR-ES – Brasil; ES: Estado do Espírito Santo; IFES - Instituto Federal do Espírito Santo.

EAAES - Fundo Fechado da Escola de Aprendizes e Artífices do Estado do Espírito Santo.

FOT- Dossiê fotográfico.

001- número do item documental.

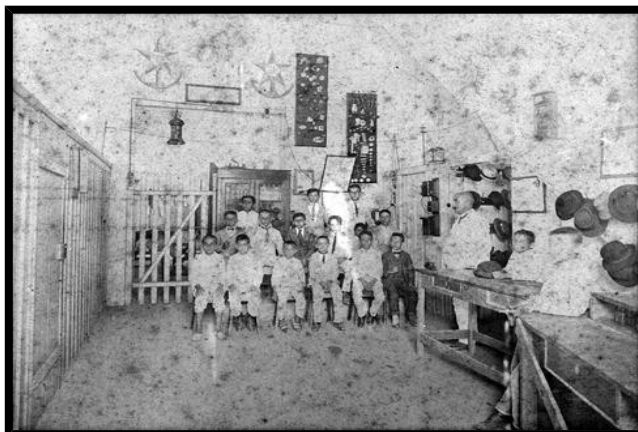
Vejamos alguns exemplos de análise, com a sistematização da fonte documental diante da descrição arquivística em relação ao contexto histórico baseado nas fontes primárias e secundárias relacionadas a imagem selecionada para o catálogo:

1) Imagem sobre a EAAES - Escola de Aprendizes e Artífices do Espírito Santo – Fundo Fechado de 1910 até 1942.

A imagem possui um código de identificação individual: BR ES IFES EAAES-FOT-005 e, trata-se da imagem da Oficina de Eletricidade da EAAES, datada de 1917.

Pontos de acesso local: Nº Reg.005/96 – J.F.M. Pasta 01 - Envelope 02.

Figura 1 - Reg.005/96 – J.F.M.



Fonte: ATOM – Acervo da biblioteca do campus Vitória (1910).

a) Os sujeitos da escola - Os professores aparecem na fotografia desta época apenas no contexto das oficinas, destacando, dessa forma, os ofícios e oficinas e não propriamente uma sala de aula ou outro contexto escolar. O perfil dos alunos é de gênero estritamente masculino, alguns meninos de pele branca, mas a maioria de pele negra com idade de 10 até 13 anos de idade, configurando uma forma de escolarização primária. Caracterizados como filhos de pobres, órfãos, menores abandonados e desfavorecidos, os “desvalidos da sorte”, crianças cujas famílias não tinham como proporcionar educação: “serão preferidos os desfavorecidos da fortuna”. Além disso, não podiam apresentar “defeitos físicos que os inabilitasse ao ofício” (BRASIL, 1911). Nesta fotografia eles vestem trajes com a aparência de ternos de pessoas adultas, normalmente, os trajes eram doados à escola para alguma comemoração festiva.

b) A sala de aula - Nesta imagem, a sala é o interior de uma oficina de eletricidade, mais caracterizada como um espaço estilo galpão. Estes espaços eram inadequados e de condições precárias (CUNHA, 2000), porém sempre limpos e rigidamente organizados. Na Oficina de Eletricidade, o programa de ensino era organizado em quatro anos. Esse ofício requeria conhecimentos mais amplos que possibilitassem o domínio de noções teóricas e práticas sobre a tecnologia da eletricidade. Por se tratar de um ensino em nível de escolarização primária, não havia uma preocupação com o aprofundamento científico sobre o fenômeno da eletricidade, mas os alunos recebiam um detalhamento das noções científicas, dos processos físicos e químicos. O ensino iniciava com as noções gerais sobre a eletricidade, prosseguindo com temas específicos, como a iluminação elétrica, o telefone, o telégrafo, os alternadores (PLANO DE ENSINO DA EAAES, 1911).

c) Disciplina e atitude para o trabalho - A formação profissional nos cursos de artífices oferecida pela escola aos menores carentes atendia a demanda por trabalhadores requeridos pelas oficinas e pequenas indústrias, o aprendizado se dava na prática havendo uma integração entre a escola e o setor produtivo. A pedagogia era voltada para o ensino de ofícios artesanais e manufactureiros, os meninos eram organizados e enfileirados de forma disciplinada. A educação reproduzia a estrutura de classe, por sua dualidade estrutural era instrumento útil à reprodução das relações de trabalho. Era preciso formar mão de obra, devido à abolição da escravatura (CUNHA, 2000).

2) Imagem sobre a ETV - Escola Técnica de Vitória - 1942 até 1965.

A imagem possui um código de identificação individual: BR ES IFES ETV-FOT-528 e, trata-

se da imagem da Oficina de Tipografia da ETV, datada de 1959.

Dimensão e suporte - Formato: Fotografia; Suporte: Papel; Cromia: Preto e Branco;

Dimensões: 9x14; Estado de Conservação: Bom;

Pontos de acesso local: Nº Reg.528/97 - F.A.D. Pasta 3 - Envelope 5.

Figura 2 - Nº Reg.528/97 – F.A.D



Fonte: ATOM – Acervo da biblioteca do campus Vitória (1959).

a) Os sujeitos da escola - Os professores, além de sua presença nas oficinas, agora ministravam aulas também em salas com mesas e carteiras enfileiradas. Os alunos ingressavam na ETV, na modalidade do Curso Industrial Básico e, no primeiro ano, faziam rodízio nas várias oficinas disponíveis na escola para escolher sua especialidade. Os estudantes, a maioria de famílias pobres, com idade próxima a 11 anos tinham como condição geral não ser portador de doença infectocontagiosa para estar apto à matrícula. Os candidatos aos cursos profissionalizantes industriais das Escolas Técnicas deveriam apresentar suficiente “capacidade física”. O menor que apresentasse alguma deficiência física não estava apto a ser matriculado, uma vez que era considerado “incapaz” de apreender as complexas atividades e ensinamentos transmitidos pelos professores das oficinas (BRASIL, 1911). O ingresso à escola passa a depender de exames de admissão. Todo aluno interno precisava ter um responsável, residente na cidade de Vitória, que respondesse pelo aluno perante a escola.

b) A sala de aula - Em 1942 estava criada a rede de escolas técnicas do governo federal, que alterou consideravelmente sua estrutura funcional e operacional, deixando de ser um ensino profissional de nível primário para um ensino profissional de nível médio. Na ETV eram ofertados os cursos Básicos Industriais nos ofícios de Artes do Couro, Alfaiataria, Marcenaria, Serralheria, Mecânica de Máquinas, Tipografia e Encadernação. Curiosamente, os cursos técnicos só foram ofertados na década de 1960.

c) A disciplina e atitude para o trabalho - A maioria dos estudantes era de famílias pobres, ficavam encantados ao entrarem pelos portões daquele amplo casarão da Avenida Vitória. A escola pautava-se por uma normatização de condutas e posturas identificadas com o ideário da “modernidade” e com o trabalho, com salas limpas e bem cuidadas. No curso de Tipografia e Encadernação da imagem selecionada, no primeiro ano, eram tratadas com maior intensidade as matérias teóricas (denominadas por disciplinas de tecnologia), juntamente a prática da composição manual por tipos móveis, pois era considerada como básica para o ofício. No segundo ano do curso de Tipografia, com a diminuição da carga teórica, os alunos passavam apenas pelas disciplinas práticas. Assim, seguiam-se as aulas de composição manual e adicionavam-se aulas de composição mecânica em linotipia, impressão e encadernação. Para formar o profissional mais especializado e capacitado, o aluno cumpria os dois últimos anos do curso na área prática em que mais se destacava. Os alunos podiam estudar em regimes de internato, semi-internato e externato (WOTKOSKY, 2010).

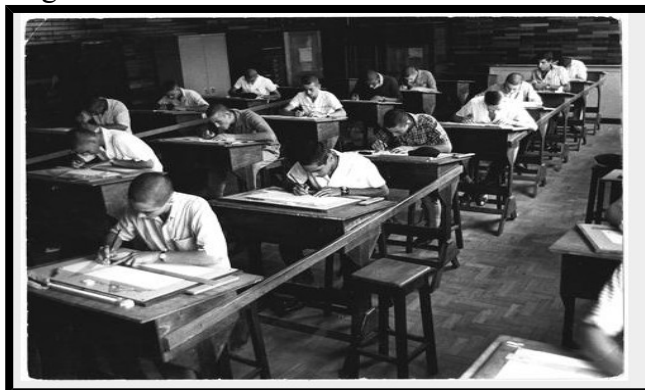
3) Imagem da ETFES - Escola Técnica Federal do Espírito Santo - de 1965 a 1998

A imagem possui um código de identificação individual: BR ES IFES ETFES-FOT-131 e, trata-se da imagem da Sala de Aula de Desenho com alunos do Curso Técnico de Edificações, com data de 1968.

Formato: Fotografia; Suporte: papel lustroso; Cromia: Preto e branco; Dimensões: 18x24; Estado de Conservação: Bom.

Pontos de acesso local: M.F.B. Nº Reg.131 Pasta 2 - Envelope 1.

Figura 3 - M.F.B. Nº Reg.131 / 96



Fonte: ATOM – Acervo da biblioteca do campus Vitória (1968).

a) Os sujeitos da escola - Os alunos no contexto do ensino profissionalizante industrial eram, em sua maioria, do gênero masculino. Ao final da década de 1960 o crescimento da oferta de

matrículas dos cursos técnicos industriais, dos cursos do ginásio industrial e dos cursos de aprendizagem foram a tônica da instituição

b) A sala de aula - Nesta imagem, construídos em madeira, as mesas e os bancos reproduziam um espaço de trabalho na indústria, requerendo do estudante uma postura corporal e uma atenção para a atividade do desenho. Os equipamentos para o ensino-aprendizagem do desenho técnico, como régua T, compasso, esquadro e escalímetro retratam um contexto ao qual se fazia necessário um nível de competência, abstração e habilidade manual para o traçado dos riscos e linhas no exercício da tarefa. A sala de Desenho Projetista do curso de Edificações mostra como a tecnologia fora apropriada na organização do espaço pedagógico. A tecnologia de vídeo aula, as carteiras com estofamento, as mesas de desenho mais modernas evidenciam a preocupação em oferecer um ambiente de ensino-aprendizagem adequado ao preparo do profissional para o ofício. O uso das tecnologias se amplia, nos laboratórios há equipamentos com bancadas de experiências para o treinamento.

c) A disciplina e atitude para o trabalho - A organização pedagógica da sala de aula evidencia um ensino tradicional, centrado no professor como transmissor do conhecimento, o que requeria disciplina e atenção dos estudantes. A sala de aula para o ensino do Desenho Técnico retrata o modelo e concepção de educação técnico-profissional, evidenciando o rigor disciplinar, a concentração necessária à produção da atividade e a organização pedagógica do espaço.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo geral que norteou a condução deste trabalho foi alcançado com a sistematização do acervo da sala de memória, por meio da seleção de fotografias para a construção do catálogo temático. O catálogo foi construído identificando nestes itens documentais fotográficos, as diferentes concepções de ensino aplicadas no Ifes ao longo do século XX e os sujeitos que a constituíram. Assim, o catálogo torna-se objeto de mediação e amplia o acesso para a utilização das fontes documentais da EPT.

A pesquisa de base para a fundamentação teórica demonstrou a necessidade de manutenção da memória coletiva, neste caso a memória institucional, constituída pelas lembranças dos sujeitos, materializadas nos acervos para não serem esquecidas. Trabalhar com quesitos históricos e arquivísticos para a disponibilização do acervo traz a possibilidade de não deixar o acervo cair no esquecimento.

Percebemos que os trabalhos com a preservação destas memórias informam muito sobre os poderes instituídos, seja sobre as seleções de outrora do que se preservar para qual história contar, seja de sua organização inicial até as ausências ali configuradas.

Consolidamos a materialidade de nosso catálogo nas ideias defendidas por Bloch (2001) quando esse historiador afirma que os documentos são vestígios, não são fontes inócuas e por si verdadeiras, ou seja, por meio de uma nova seleção das fontes, direcionamos o nosso processo investigativo às análises condicionadas às nossas questões. Com isso demonstramos o quanto um acervo está aberto ao desenvolvimento de novas pesquisas, diante das mais diversas possibilidades de questionamento.

A organização por meio da plataforma Atom nos permitiu fazer uma seleção temática desses documentos, reforçando que o levantamento de temáticas no acervo pode ajudar na promoção de melhoria de sua visibilidade e influenciar outras abordagens ampliando a visibilidade para este acervo e trazendo assim novas perspectivas para o atendimento às necessidades desse espaço.

Assim, extraímos do acervo as fontes suficientes e necessárias que expõem as diversas modificações ocasionadas na historicidade dos processos de ensino no Ifes pelas diferentes

implantações econômicas, políticas e sociais no país. Conseguimos elencar, nos documentos selecionados, exemplos e especificidades que demonstram as diferenças nos métodos de ensino e atitudes para a formação para o trabalho, tanto da instituição quanto dos professores e alunos.

Considerando que, o catálogo trata-se de um livreto eletrônico que permite o acesso à imagem de sua matriz o representante digital, diretamente na plataforma web, concebemos que estamos difundindo o acervo ao mesmo tempo em que preservamos suas fontes. Com isso, ampliamos as buscas, conduzimos ao acesso para a pesquisa histórica nas fontes e, também, propagamos estas ações para a conscientização da importância do acervo da EPT como patrimônio documental e a importância de sua preservação.

Desse modo, a perspectiva de ressignificação de fontes documentais diante de um processo de sistematização da memória materializada e alçada à fonte de pesquisa histórica é alcançada por meio da facilitação do acesso digital do catálogo e das imagens que o compõem. Sua difusão mostra, aos futuros pesquisadores desse acervo, o potencial para a pesquisa existente no acervo, bem como apresenta aos docentes outras dimensões de pesquisa.

A constante urgência da manutenção das memórias coletivas é sempre aflorada pelos medos do esquecimento do passado, ainda que remoto e, por isso, nós guardamos. Porém, se o que guardamos não for tratado de modo a gerar instrumentos de pesquisa, uma hora não saberemos mais o que foi guardado ou perdido, e a memória terá sido esquecida.

A aplicação de critérios mais técnicos na organização documental tem sido bastante satisfatória para os processos de sistematização dos documentos na criação de instrumentos de pesquisa em acervos de memória, porque permite uniformizar a organização e as formas de acesso lógico, conforme as classes documentais. Seguir normas e padrões internacionais traz aproximação entre os diferentes ambientes de guarda documental para uma linguagem de acesso comum.

Deduzimos que promover a visibilidade desse acervo neste espaço melhora também a prática historiográfica, já que esta se desenvolve com o trabalho em arquivos de memória ou locais onde se guardam alguma materialidade sobre o passado. Nesse sentido, estamos transpondo a forma documental do meio analógico para permitir maior alcance para a consulta a qualquer

tempo e local, potencializando o trabalho do historiador, do professor e o envolvimento para conhecimento dos processos de ensino e aprendizagem do Ifes.

Tendo como público-alvo os pesquisadores do Ifes e da história da educação, depreendemos que estes trabalhos podem contribuir com o diálogo em diversas disciplinas que versam sobre os conceitos de patrimônio cultural, patrimônio documental e sua preservação, arquivos, história e memória, identidade, cultura e cidadania.

Porém, diante das condições em que se encontra o acervo da sala de memória, ou seja, da falta de acondicionamento e armazenamento adequados, percebemos que seus suportes documentais fragilizados pela ação do tempo e pelo excesso de manuseio incorreto continuam se agravando com a ausência de tratamentos à sua conservação física. Esperamos que este trabalho também possa estimular intervenções que promovam sua preservação física.

Apontamos que a ausência de um setor institucional que regula o gerenciamento das informações nas questões que versam sobre a Gestão e a Preservação de documentos de arquivos implica em diversas consequências nas demandas por acesso às informações bem como da preservação de documentos de longa temporalidade em espaços físicos ou digitais inadequados.

A gestão e a preservação de documentos devem ser estabelecidas seguindo diretrizes que garantam a segurança da informação e a preservação de seus suportes para manutenção de identidades e memórias coletivas relacionadas a educação e a educação profissional no Espírito Santo.

Considerando que, após a consolidação do espaço físico da sala de memória, em 1996, não foram estabelecidas novas formas de gerenciamento desse espaço e melhorias no acondicionamento documental. Percebemos que há uma grande necessidade de promover espaços para a gestão e a preservação dos documentos de valor permanentes, fonte de pesquisa e da memória na instituição.

As pesquisas realizadas neste acervo e as suas descobertas vêm demonstrando a importância de se criar ações que permitam uma melhor utilização desses materiais sem restrição do acesso a essas informações e o desgaste causado pelas manipulações excessivas, ocorridas nas

fotografias, com as digitalizações diversas feitas pelos pesquisadores e visitantes do acervo.

Sob a perspectiva de acesso ao rico acervo da sala de memória para pesquisa sobre o ensino da EPT e os processos educativos no país, acreditamos que a preservação das fontes documentais e seus acessos irrestritos ampliam o conhecimento sobre a histórica e memória institucional, promovendo o resgate das lembranças e a preservação do patrimônio documental para a manutenção da identidade dessa instituição de ensino.

Além disso, o uso de espaços como a sala de memória amplia o conhecimento para os processos de uma formação integrada, como aquela que tem como princípio educativo a superação da dualidade entre cultura geral e cultura técnica, indo ao encontro de uma formação humana como a que se busca abordar a cultura também para garantir uma formação mais completa para a leitura de mundo.

Esperamos assim permitir novas formas de seu acesso ao público pesquisador e a comunidade em geral, e, também, atrair novos pesquisadores. Esperamos ainda que estes trabalhos subsidiem uma diversidade de possibilidades de cunho educacional, como oficinas temáticas e pedagógicas do uso dos documentos enquanto fontes. Abarcando características históricas ou temáticas, institucionais ou educacionais; consolidando esta sala como um espaço de estudo, discussão, exercício e troca de experiências no trabalho com as fontes documentais, além e apoiar a institucionalização dos núcleos de memória no Ifes.

REFERÊNCIAS

ADABALDE, T. V.; GRIGOLETO, M. C. O traço da distinção: entendimentos sobre arquivos e memória. Resgate - **Rev. Interdiscip. Cult.**, Campinas, v. 24, n. 2 [32], p. 7-26, jul./dez. 2016.

ALCÂNTARA, J. S. de. O Museu Nacional e a Memória da Ciência no Brasil: o caso da coleção Heloísa Alberto Torres. In: SILVA, M. C. S. M. (org.). **Acervos de Ciência e Tecnologia no Brasil: preservação, história e divulgação**. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2012.

ANDRADE, M. M. de. Pesquisa científica: noções introdutórias. In: _____. **Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2003. Cap. 10, p. 121-127.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). DBTA - **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. 232p.; 30cm. – Publicações Técnicas; nº 51.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **NOBRADE** – Norma Brasileira de Descrição Arquivística. Rio de Janeiro, 2006.

BELLOTTO, H. L. **Arquivo: estudos e reflexões**. Belo Horizonte: UFMG, 2014.

BELLOTTO, H. L. **Arquivos permanentes: tratamento documental**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

BLOCH, M. L. B. **Apologia da história: ou o ofício de historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

CAMARGO, A. M.; GUIMARÃES, S. G. **Centros de memória: uma proposta de definição**. Edições Sesc, 2015.

CAMARGO, A. M. A. Sobre o valor histórico dos documentos. **Revista do Arquivo de Rio Claro**, n.1, p.11-17, 2003.

BRASIL. **Decreto nº 7.763, de 23 de Dezembro de 1909**. “Altera os decretos ns 7.566 e 7.649, de 23 de setembro e 11 de novembro últimos, referentes á criação de escolas de aprendizes artifices, nas capitaes dos Estados, e à nomeação de professores para os respectivos cursos noturnos - primario e de desenho”. 1909.

BRASIL, Escola de Aprendizes e Artífices do Espírito Santo. **Plano de ensino da EAAES**, 1911, 25p.

BRASIL, 1911. **Decreto nº 9.070**, de 25 de Outubro de 1911. Dá novo regulamento às escolas de aprendizes artifices.

BRASIL. **Decreto nº 4.073**, de 30 de Janeiro de 1942. Lei Orgânica do Ensino Industrial.

BRASIL, 1937. **LEI Nº 378**, DE 13 DE JANEIRO DE 1937. Dá nova organização ao Ministério da educação e Saúde Pública.

CERTEAU, M. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

ClAVATTA, M. A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória. In: FRIGOTTO, Gaudêncio; ClAVATTA, M.; RAMOS, M. (org.). **Ensino Médio Integrado: concepções e contradições**. São Paulo, Cortez, 2010a.

ClAVATTA, M. A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade. **Revista Trabalho Necessário**, v. 3, n. 3, 2005.

ClAVATTA, M. Arquivos da Memória do Trabalho e da Educação - Centros de Memória e formação integrada para não apagar o futuro. In: ClAVATTA, M.; REIS, R. R. (Org.). **A Pesquisa histórica em Trabalho e Educação**. Brasília: Liber Livro / EDUA, 2010b, v. 1, p. 15-36.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS - CONARQ. **NOBRADE**: norma brasileira de descrição arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006. 123 p. Disponível em: http://conarq.arquivonacional.gov.br/images/publicacoes_textos/nobrade.pdf. Acesso em: 24 ago. 2019.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS- CONARQ. **Carta para preservação do patrimônio arquivístico digital**: preservar para garantir o acesso. Disponível em: <http://conarq.gov.br/images/publicacoes_textos/Carta_preservacao.pdf>. Acesso em: 24 ago. 2019.

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS (ICA). **ISAD (G)**: norma geral internacional de descrição arquivística. 2.ed. Trad. Vitor Manoel Fonseca et al. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2000. Disponível em: http://conarq.arquivonacional.gov.br/images/publicacoes_textos/isad_g_2001.pdf>. Acesso em: 24 ago. 2019.

COOK, T. **O conceito de fundo arquivístico**: teoria, descrição e proveniência na era pós-custodial. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2017.

CUNHA, Luiz. Antônio. **O ensino de ofícios nos primórdios da industrialização**. São Paulo: Editora UNESP, Brasília: Flacso, 2000.

CUNNINGHAM, A. **A alma e a consciência do arquivista**: reflexões sobre o poder, a paixão e o positivismo de uma profissão missionária. Cadernos BAD, n. 2, 2003.

DELMAS, Bruno. **Arquivos para quê?** São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso (iFHC), 2010.

DUCHEIN, Michel. **O Respeito aos fundos em arquivística**: princípios teóricos e problemas práticos. Arquivo e Administração, v. 10 - 14, n. 1, p. 14-33, 1986.

ESCOLA TÉCNICA FEDERAL DO ESPIRITO SANTO. **O visgo eteviano**. Vitória: ETFES, 1979.

FERREIRA, M. J. R. **Interdições e resistências**: os difíceis percursos da escolarização das mulheres na EPT. 2017. 285 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação

em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória. 2017.

FLORES, D.; CÉ, G. Archivematica e ICA-AtoM (AtoM) como Plataformas do Ambiente de Preservação e Acesso de Documentos Arquivísticos. **CENDOC em Revista**, n. 2, p. 16-22, 2019.

FLORES, Daniel; HEDLUND, Dhion Carlos. Análise e aplicação do ICA-AtoM como ferramenta para descrição e acesso ao Patrimônio Documental e Histórico do município de Santa Maria-RS. **Informação & Informação**, v. 19, n. 3, p. 86-106, 2014.

FURTADO, A. Os Arquivos Escolares e sua Documentação: possibilidades e limites para a pesquisa em História da Educação. InCID - **Revista de Ciência da Informação e Documentação**, v. 2, n. 2, p. 145-159, 12 dez. 2011.

Cristina Grigoletto, M., & Ismael Murguia, E. (2015). As bases epistemológicas do patrimônio institucionalizado. **Tendências Da Pesquisa Brailleira Em Ciência Da Informação**,

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. Trad. Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.

HEDSTROM, M. Arquivos e memória coletiva: mais que uma metáfora, menos que uma analogia. In: EASTWOOD, T.; MACNEIL, H. (org.). **Correntes atuais do pensamento arquivístico**. Belo Horizonte: UFMG, p. 237-260, 2016.

HEYMANN, L. Q. **O lugar do arquivo: a construção do legado de Darcy Ribeiro**. Rio de Janeiro: Contra Capa/ FAPERJ, 2012.

INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. **A Trajetória de 100 anos dos Eternos Titãs: da Escola de Aprendizes e Artífices ao Instituto Federal**. Vitória: Ifes, 2009. 176 p.

JARDIM, J. M.; FONSECA, O. M. A invenção da memória nos arquivos públicos. **Ciência da Informação**, v. 25, n. 2, p. 1-13, 1995.

JARDIM, José Maria et al. O acesso à informação arquivística no Brasil: problemas de acessibilidade e disseminação. **Mesa Redonda Nacional de Arquivos**, 1999.

KOYAMA, A. Acervos documentais on-line, práticas de memória e experiências educacionais. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 2, p. 74-88, jul./dez. 2016.

LE GOFF, J. **História e memória**, Campinas: UNICAMP, 1990.

LIMA, M. **Memórias e Imagens do IFES: cronologia, digitalização e transcrição das principais fontes historiográficas da EAAES ao CEFETES**. Vitória: Autor, 2010.

_____. **O desenvolvimento histórico do tempo socialmente necessário para a formação profissional: do modelo correccional-assistencialista das Escolas de Aprendizes Artífices ao modelo tecnológico-fragmentário do CEFET do Espírito Santo**. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal Fluminense, 2004.

MENESES, U. T. B. **A História, cativa da memória?** Para um mapeamento da memória no campo das Ciências Sociais. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, n. 34, p. 9-23, 1992.

NORA, P. Entre História e Memória - A Problemática dos Lugares. Revista Projeto História, São Paulo PUC-SP, v. 10, p. 7–28, 1993.

PINTO, A. H. **Educação matemática e formação profissional: elos de uma histórica relação**. 1. ed. - Appris, Curitiba: 2015.

_____. Práticas curriculares e a perspectiva da integração da educação básica à profissional na Escola Técnica Federal do Espírito, **Cadernos de Pesquisa em Educação**, PPGE-Ufes, v. 17, n. 35, 2011.

_____. Trabalho, ciência e cultura como princípio e fundamento da educação profissional. In: FREITAS, R. C. O. et al. (org.). **Repensando o PROEJA: concepções para Formação de Educadores**. Vitória: IFES, 2011.

POLLAK, M. **Memória e identidade social**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992.

POLLAK, Michael. **Memória, esquecimento, silêncio**. Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, jun. 1989.

ROSA, R. A. **A cultura material da educação profissional, a memória e a história de sua transformação** – o Acervo de Fotografias da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica (1909-1985). 2018. Tese (Doutorado em educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2018.
ROUSSEAU, Jean-Yves; COUTURE Carol. **Os Fundamentos da Disciplina Arquivística**. Lisboa: Dom Quixote, 1998.

ROUSSEAU, J.; COUTURE, C. **Os fundamentos da disciplina arquivística**. Trad. Magda Bigotte de Figueiredo, 1ªed. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1998.

SHELLENBERG, T. R. **Arquivos modernos: princípios e técnicas**. 6. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

SILVA, E. L. da.; MENEZES, E. M. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 4. e d. Florianópolis: UFSC, 2005.

SILVA, H. R. K.; BARBOSA, A. C. O. Difusão em arquivos: definição, políticas e implementação de projetos no Arquivo Público do Estado de São Paulo. **Acervo - Revista do Arquivo Nacional**, v. 25, n. 1, p. 45-66, 2012. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/44894>>. Acesso em: 26 ago. 2019.

SILVEIRA, Z. S. da. O Centro de Memória do Cefet/Rio de Janeiro: Fotografia e Formação Profissional. CIVAVATTA, M.; DUARTE, E. (org.). In: **Memória e Temporalidades do Trabalho e da Educação**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

SUETH, José Candido Rifan [et. al.]. **A trajetória de 100 anos dos eternos titãs: da Escola de Aprendizes artífices ao Instituto Federal**. Vitória: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo, 2009.

TESSITORE, V. **Como Implantar Centros De Documentação**. São Paulo: Arquivo Do

Estado, Imprensa Oficial, 2003.

WOTKOSKY, Oseas. Entrevista concedida a Daniel Dutra, Danúcia Peixoto, Gustavo Binda e Patrícia Campos. Vitória, 23 dez. 2010.

YEO, G. Debates em torno da descrição. In.: EASTWOOD, T.; MACNEIL, H. (Org.). **Correntes atuais do pensamento arquivístico**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2016. cap. 5, p. 136.

APÊNDICE – PRODUTO EDUCACIONAL

O Produto Educacional (PE) que apresentamos como resultado desta pesquisa do mestrado em Educação Profissional e Tecnológica do Ifes trata-se de um catálogo seletivo, denominado: A MEMÓRIA DA ESCOLA QUE FORMA PARA O TRABALHO, e está disponível na plataforma EDUCAPES, no endereço eletrônico: <https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/552904>.

O catálogo é um instrumento descritivo dos documentos que auxilia os pesquisadores em seus processos de pesquisa no acervo da sala de memória do campus Vitória. Este catálogo foi construído a partir da seleção de imagens fotográficas dos documentos que compõem os conjuntos documentais dos fundos fechados das escolas que existiram e formaram o atual Ifes durante os períodos de 1910 e 1999.

Dialogando com os pressupostos teórico-metodológicos que relacionam memória e história, apresentamos neste PE, na forma de catálogo, as diferentes concepções de ensino que permearam estas escolas profissionais e a memória escolar da EPT.

A finalidade desse instrumento de pesquisa é a de promover a pesquisa temática no acervo, facilitando a busca documental e promovendo o acesso lógico estruturado às informações. Como produto educacional, o catálogo apresenta a temática das oficinas, laboratórios e diferentes salas de aula que formavam os sujeitos nestas escolas profissionais. Sua narrativa é demonstrar, através do contexto histórico, as diferentes concepções de ensino utilizadas nos processos de formação desses sujeitos.

Com isso, além de promover uma nova forma de acesso aos documentos deste acervo, preservamos seus suportes documentais quando utilizamos as tecnologias de informação para seu acesso e ampliamos as buscas pelo uso de plataformas digitais acessíveis via internet. Tais ações ocasionam maior visibilidade difundindo o uso dos documentos como fonte de pesquisa e como geradores de conhecimento nos arquivos institucionais de educação.

ANEXO 1 – Preceitos para Descrição

Para melhor esclarecimento sobre o processo de descrição, seguimos os seguintes preceitos (ARQUIVO NACIONAL, 2006):

- 1) a descrição seja realizada do geral para o particular, com o intuito de caracterizar o contexto e a estrutura hierárquica do fundo e suas partes componentes;
- 2) as informações sejam relevantes para o nível de descrição, com o intuito de representar com exatidão o contexto e o conteúdo da unidade de descrição;
- 3) que haja relação entre as descrições, de maneira que explicita a posição da unidade de descrição na hierarquia;
- 4) que não haja repetição de informações, para não haver redundância nos textos.

A descrição dos fundos no AtoM segue a ISAD(G).

ISAD(G) (2002) possui 7 áreas

1. Área de identificação (destinada à informação essencial para identificar a unidade de descrição);
2. Área de contextualização (destinada à informação sobre a origem e custódia da unidade de descrição);
3. Área de conteúdo e estrutura (destinada à informação sobre o assunto e organização da unidade de descrição);
4. Área de condições de acesso e de uso (destinada à informação sobre a acessibilidade da unidade de descrição);
5. Área de fontes relacionadas (destinada à informação sobre fontes com uma relação importante com a unidade de descrição);
6. Área de notas (destinada à informação especializada ou a qualquer outra informação que não possa ser incluída em nenhuma das outras áreas);
7. Área de controle da descrição (destinada à informação sobre como, quando e por quem a descrição arquivística foi elaborada).

ANEXO 2 – Campos de Descrição

ÁREAS E ELEMENTOS DESCRITIVOS CONFORME NOBRADE: 2006. Norma Brasileira de Descrição Arquivística

* elemento obrigatório

<p>1. ÁREA DE IDENTIFICAÇÃO</p> <p>1.1 Código identificador: *</p> <p>1.2 Título da unidade de descrição: *</p> <p>1.3 Data-limite: *</p> <p>1.4 Nível de descrição: *</p> <p>1.5 Suporte/dimensões: *</p>	<p>2. ÁREA DE CONTEXTUALIZAÇÃO</p> <p>2.1 Nome do produtor: *</p> <p>2.2 História administrativa/biografia:</p> <p>2.3 História custodial ou arquivística:</p> <p>2.4 Procedência:</p>
<p>3. ÁREA DE CONTEÚDO E ESTRUTURA</p> <p>3.1 Âmbito e conteúdo:</p> <p>3.2 Avaliação, eliminação, temporalidade:</p> <p>3.3 Incorporações:</p> <p>3.4 Sistema de arranjo:</p>	<p>4. ÁREA DE CONDIÇÕES DE ACESSO E USO</p> <p>4.1 Condições de acesso: **</p> <p>4.2 Condições de reprodução:</p> <p>4.3 Idioma:</p> <p>4.4 Características físicas:</p> <p>4.5 Instrumentos de pesquisa:</p>
<p>5. ÁREA DAS FONTES RELACIONADAS</p> <p>5.1 Existência e localização dos originais:</p> <p>5.2 Existência e localização de cópias:</p> <p>5.3 Unidades de descrição relacionadas:</p> <p>5.4 Nota sobre publicação:</p>	<p>6. ÁREA DE NOTAS</p> <p>6.1 Notas sobre conservação:</p> <p>6.2 Notas Gerais:</p>
<p>7. ÁREA DE CONTROLE DA DESCRIÇÃO</p> <p>7.1 Nota do arquivista:</p> <p>7.2 Regras ou convenções:</p> <p>7.3 Data(s) da(s) descrição(ões):</p>	<p>8. ÁREA DE PONTOS DE ACESSO E INDEXAÇÃO DE ASSUNTOS</p> <p>8.1 Pontos de acesso e indexação de assuntos:</p>